

ATA N.º 1/2021

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2021:

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e um, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, e por videoconferência, com a participação dos senhores Américo de Araújo Gonçalves (PS) e Carlos Manuel de Sousa Policarpo (GCEPP), respetivamente Presidente e Segundo Secretário da Mesa, dos senhores Afonso Rosário Costa Clara (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Atouguia da Baleia, de Ferrel, de Peniche e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP), Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), António Paulo Brandão Moniz de Jesus (GCEPP), Ademar Vala Marques (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira (GCEPP), Sofia Cecílio Barradas (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD), Célia Sousa Martins (PSD), Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD), Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa (PSD), David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), João Manuel de Jesus Gomes (PS), Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU) e Jacinto Manuel Ferreira de Oliveira (CDU), reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para a sua sessão ordinária do mês de fevereiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação de atas de sessões anteriores.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público.

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a prorrogação do prazo da revisão do Plano Diretor Municipal;

3) Apreciação da informação da Associação Nacional de Municípios Portugueses relativa à prorrogação do prazo de integração das regras dos planos especiais de ordenamento do território, para 13 de julho de 2021 (Decreto-Lei n.º 3/2021, de 07 de janeiro);

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a transferência de competências previstas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para a Freguesia de Peniche;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a transferência de competências previstas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019,

de 30 de abril, para a Freguesia de Atougua da Baleia;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de mapa de fluxo de caixa dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano 2020;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2021 (modificação 1);

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o processo de classificação de um moinho de vento, sito no Lugar de Mós, na Freguesia da Serra d'El-Rei, também denominado por "Moinho de Ricardo Cardoso".

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e doze minutos, encontrando-se na sala os vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Henrique André da Silva Estrelinha (PS) e João Manuel de Jesus Gomes (PS) deixaram de participar na reunião quando decorria a apreciação do ponto um da ordem do dia, pelo que não participaram nas votações subsequentes.

Os senhores David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), João Manuel de Jesus Gomes (PS), Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU) e Jacinto Manuel Ferreira de Oliveira (CDU), encontravam-se a substituir os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Maria Leopoldina de Fátima Manteigas (GCEPP), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS) e José António Bombas Amador (CDU) e Álvaro André Paiva Amador (CDU), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores Hélder Marco Rodrigues dos Santos (GCEPP), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), António Bernardino Aires Ferrão (GCEPP), Ana Marta Aleixo Figueiras dos Santos (PS), Pedro Miguel Carvalho Maldonado Freitas (PS), Inês Fitas Cação (CDU), Pedro Manuel Tavares Varão (CDU), Celina Maria Gonçalves Leonardo (CDU) e Susana Maria Santos Monteiro (CDU), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Mark Paulo Rocha Ministro (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Cristina Maria Luís Leitão (PSD) e Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foram presentes as atas n.º 7, respeitante à sessão extraordinária, realizada no dia 11 de dezembro de 2020, tendo sido dispensada a leitura da mesma por o respetivo texto ter sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Submetida a ata em apreço a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com 18 votos a favor.

Apenas participaram na aprovação das atas os membros da Assembleia

Municipal que estiveram presentes nas reuniões a que elas respeitavam, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Foi, também, presente a ata n.º 8, respeitante à sessão ordinária do mês de dezembro, realizada no dia 18 de dezembro de 2020, que não foi submetida a votação por ter sido solicitada a sua revisão.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Informou que fez chegar aos líderes de Bancada, por email, um documento enviado pelo senhor Artur Carvalhal, relativamente a uma carta dirigida à CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, com conhecimento aos senhores Presidentes da Assembleia Municipal e Câmara Municipal, Delegado de Saúde, senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Atouguia da Baleia, senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, à Agência Portuguesa do Ambiente e à ARH do Tejo e Oeste. Indicou que o assunto da carta tinha que ver com o terreno junto à Rua Francisco Coutinho, um terreno anexo ao cemitério, e o documento solicita uma vistoria ao local para ampliação do cemitério.

Deu conta que recebeu, da empresa “Aprovar Relatório”, um documento relacionado com o Dia Internacional da Proteção de Dados.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Apresentou, verbalmente, os seguintes votos de pesar:

- Em primeiro lugar para as quarenta e seis pessoas que neste concelho perderam a vida, homens e mulheres, perante uma pandemia monstruosa.

- Ao senhor José Maria Anjos Costa, que foi autarca, foi membro da Câmara Municipal, teve funções, nomeadamente, na Área da Educação e do Desporto, foi responsável pela Escola Básica 2,3 de Atouguia da Baleia e pelo próprio Agrupamento. Disse que nem sempre concordavam um com o outro, mas independentemente das diferenças de opinião, que se acentuaram nos últimos anos, não quer deixar de apresentar um voto de pesar pelo seu falecimento.

- Aproveitou para deixar uma palavra ao senhor Vítor Clara que, como se sabe, foi funcionário da Câmara Municipal de Peniche, foi durante muitos anos motorista do ex-Presidente da Câmara, João Augusto Tavares Barradas, mas, acima de tudo, um

homem ligado ao movimento associativo. Solicitou que os votos de pesar fossem transmitidos às famílias, no fundo, dando conta do sentimento de dor partilhada, por parte da Assembleia Municipal.

Ademar Marques (PSD):

Dirigiu, em nome da Bancada do Partido Social Democrata, uma palavra de pesar e de condolências à família do senhor professor José Maria Anjos Costa, que, como autarca, como pedagogo, como primeiro Presidente da Escola Básica 2,3 de Atouguia da Baleia, de alguma forma acabou por tocar a vida de muitas pessoas no nosso concelho, e ele próprio, enquanto aluno daquela escola, recordou bem a sua presença, muito marcante. Endereçou à sua filha e família o seu pesar pela morte de um homem que procurou dar o seu contributo para fazer da nossa terra um lugar melhor.

Associou-se ao pesar pela morte de tantas pessoas vítimas desta pandemia. Referiu que foram, de facto, umas semanas muito difíceis, mas foram, certamente, mais difíceis para aqueles que perderam os seus entes queridos, todos nós vimos partir pessoas que, de alguma forma, conhecíamos, pessoas envolvidas na comunidade e crê que a Assembleia Municipal se deve, de facto, unir numa palavra comum de pesar pelas vítimas da Covid-19 e dirigir às famílias uma palavra de conforto.

João Viola (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de pesar:

«O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche apresenta um voto de pesar pelas vítimas da Covid-19 e, ao mesmo tempo, um voto de agradecimento aos profissionais e voluntários. No próximo dia 18 de março de 2021 completa um ano desde que foi decretado o primeiro Estado de Emergência em Portugal, devido à pandemia da Covid-19. Durante este último ano, muitos cidadãos de todo o mundo perderam a vida em consequência desta pandemia e infelizmente o nosso concelho não foi exceção.

Queremos apresentar o nosso pesar a todos aqueles que perderam a vida e queremos também manifestar a nossa solidariedade para com as suas famílias e amigos.

Queremos, ainda, agradecer a todos aqueles que durante este ano, particularmente difícil, estiveram na linha da frente e outros profissionais ou voluntários que nunca deixaram de desempenhar as suas funções.

De salutar o esforço suplementar destes homens e mulheres permitiu a continuidade do funcionamento do tecido empresarial e prestação dos serviços básicos essenciais à comunidade. A todos estes profissionais, empresas e demais envolvidos, o nosso reconhecimento e agradecimento, uma palavra de solidariedade para todos os que, de alguma forma, sentiram os efeitos desta crise, do ponto de vista socioeconómico e que têm sido penalizados com o desemprego e com a destabilização das empresas.

Fazemos votos para que rapidamente e em segurança possamos ultrapassar esta pandemia e retomar as nossas vidas com normalidade.

Muita força e coragem para todos.»

Ângelo Marques (PS):

Disse que o Partido Socialista se associava aos votos de pesar apresentados.

Endereçaram sentidas condolências a todas as famílias enlutadas e, obviamente, deixam uma palavra de união em torno deste combate, que para muitos é o combate das suas vidas, contra a Covid-19.

Referenciou um autarca que serviu a Câmara Municipal e o Município de Peniche, o senhor professor José Maria Anjos Costa, cuja morte deve ser referenciada, como pessoa que serviu a nossa terra e o concelho e, também, ao senhor Vítor Clara, em outras funções, a de funcionário público na Câmara Municipal de Peniche. Apresentaram sentidas condolências às famílias.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse que subscrevia o voto de pesar, relativamente às pessoas que têm sido vítima da pandemia Covid-19.

Fez referência ao senhor Jorge Manuel Matos de Jesus, do lugar dos Bolhos, que também faleceu vítima da Covid-19, um rapaz muito jovem, um empreendedor e uma figura importante naquela terra e, naturalmente, os Bolhos ficaria mais pobre com o seu falecimento.

Solidarizou-se pelo voto de pesar ao senhor José Maria Anjos Costa. Disse que teve a felicidade de conviver muito de perto com ele, aquando da instalação da Escola Básica 2,3 de Atouguia da Baleia. Referiu que o mesmo lhe cedeu, na altura, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia e ele Presidente da Comissão Instaladora daquela escola, a sala do primeiro andar do edifício da Junta de Freguesia, onde partilharam bons momentos de trabalho e deu para perceber o seu dinamismo, e não tem dúvidas de que aquela escola e as freguesias rurais muito lhe devem pela sua capacidade de trabalho.

Solidarizou-se, também, com o voto de pesar pelo falecimento do senhor Vítor Clara, uma figura incontornável, uma pessoa de fino trato e por isso se revê no voto de pesar, por se tratar de uma pessoa que se apagou de uma forma quase impensável.

Vasco Serpa (GCEPP):

Indicou que iria apresentar um voto de pesar ao senhor José Maria Anjos Costa, que já foi mencionado, pelo que a Bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche se associava aos votos anteriormente mencionados.

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Mariana Rocha (CDU):

Relembrou uma questão, já colocada em sessão anterior, relativamente à reparação das rotundas, nomeadamente a pintura da rotunda, em Bolhos, e a recuperação da rotunda, em Ribafria. Perguntou se estava previsto intervir e para quando.

Gostaria, igualmente, de saber se está elaborado o plano de alcatroamento para o concelho, a realizar no ano de 2021, e se estiver gostaria de ter acesso ao mesmo.

Presidente de Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Começaria a sua intervenção por falar das situações terríveis que a Covid-19 tem trazido, e julga que a Assembleia Municipal tem presente, desde a primeira hora, que alertou para as consequências deste flagelo mundial que estava, na altura, a ganhar

contornos muito preocupantes, concretamente, no norte de Itália. Um ano depois, o que dizer desta situação. Referiu que se está a viver um período conturbado, triste, difícil, em que ninguém é alheio à situação que se vive e, na sua opinião, há uma preocupação, que é transversal, relativamente à situação social e às consequências da Covid-19.

É lamentável ver tantas pessoas a fazer surf nas praias de Peniche, aos fins de semana, quando todos estamos confinados. Respeita o direito ao desporto, mas não concorda com a forma como se tem estado com este problema. Informou que enviou o seu protesto junto do Governo Português, com conhecimento à Câmara Municipal, porque entende que os atletas federados tenham direito à sua atividade física, isso está salvaguardado, mas o que se verificou, ao longo dos últimos fins-de-semana, quando se está proibido de circular entre concelhos, foram dezenas de pessoas que não vão para outras praias e que vêm para Peniche. Deu conta que recebeu, hoje, resposta do Governo Português, à qual não concorda, porque uma coisa é a prática desportiva federada, que tem regras bem definidas e que não tem público, outra coisa é aproveitar uma situação que a lei prevê, porque ninguém controla.

Na Assembleia Municipal, ninguém tem dúvidas que as consequências da Covid-19 vão ser aos mais diversos níveis, desde logo no desemprego, mas também no pedido de apoio das famílias, e a proximidade leva a que as pessoas procurem a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, e isso constata-se naquilo que vêm, como Presidentes de Junta de Freguesia, no dia a dia, desde logo, pelo facto de as escolas estarem encerradas e nem todas as pessoas terem computadores ou portáteis, logo, irão solicitá-los, bem como os respetivos equipamentos, que se deve apoiar, e todas as Juntas de Freguesia o fizeram, até como desafio do responsável da Área da Educação, mas há pessoas que nos vão procurando que sentem e querem outro tipo de apoio, e fala da alimentação e, também, dos idosos, que se pretende proteger até que a vacinação seja mais generalizada, onde o apoio das Juntas de Freguesia tem sido inexcelável, desde logo na entrega de medicamentos a casa, e não pode deixar de registar que as farmácias têm tido uma colaboração magnífica, mas, também, relativamente a bens de consumo. Ainda relativamente a este assunto, deveria existir uma informação mais desenvolvida que permitisse ter um ponto de situação do concelho, porque não tem dúvidas, infelizmente, que vão ter, nos próximos meses, uma situação social muito mais complicada, daí ser necessária ter uma informação objetiva sobre a evolução no concelho de Peniche.

A Freguesia da Serra d'El-Rei tem um Espaço de Cidadão e gostaria de deixar uma palavra de apreço para todos os funcionários que, ao longo deste ano, não fecharam, um único dia, os serviços. Deu conta que o Espaço de Cidadão da Serra d'El-Rei fez atendimento, em janeiro e fevereiro, a tantas pessoas como em qualquer trimestre do ano passado, porque a rapidez e a eficiência são o que caracteriza aquele serviço, mas também porque tem estado de porta aberta.

Em relação às pavimentações, perguntou qual o ponto de situação da estrada Serra d'El-Rei/Béltico, porque estava previsto fazer a totalidade ou parte da pavimentação, nomeadamente em zonas mais necessitadas, e em anteriores sessões da Assembleia Municipal colocou a questão sobre a resolução do problema da estrada entre a Serra d'El-Rei e os Casais de Mestre Mendo, que serve diversas populações.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação à pintura na rotunda, dificilmente se fazem pinturas nesta altura do

ano. Está previsto retomar a fazê-las, nas passadeira e rotundas, quando o tempo melhorar. Sobre a reparação e melhoramento em calçada da rotunda, em Ribafria, foi assumido que a iriam concretizar.

Sobre as consequências da Covid-19, naturalmente, todos os que têm responsabilidade estão atentos, a Câmara Municipal também está, e estão a ser preparadas mais algumas medidas. Indicou que, desde há muito tempo, têm estado a distribuir, com critério, alguns cabazes de produtos alimentares, que existe o programa de apoio aos medicamentos, que as equipas do Município prestam o apoio necessário a todas as pessoas que estão sós ou com Covid-19 e que os Serviços Sociais do Município, que nunca encerrou, estão sempre disponíveis, inclusive, tem recebido provas de satisfação, de regozijo, pela forma como os Técnico Municipais, particularmente da Área Social, têm correspondido. Deu conta que existe, também, o Programa de Apoio “Lado a Lado”, aprovado pela Câmara Municipal em janeiro de 2021, para as pessoas que têm insuficiência económica e que pode representar um apoio mensal, para os adultos, na ordem dos oitenta euros e, para as crianças até 12 anos, de cinquenta euros. O programa foi pensado, também, no apoio às empresas comerciais de bens essenciais que pretendam aderir, sem qualquer custo, basta uma inscrição, e surpreende-o o facto de não existir mais pessoas a concorrer a alguns dos apoios existentes.

Relativamente às pavimentações referidas, se existe alguma coisa que possa estar em falha, e tendo consciência disso, é uma prometida visita à Serra d’El-Rei com o Chefe de Divisão das Obras Municipais para, com o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, referenciar alguns espaços e tê-los em conta no programa de pavimentação existente, que foi feito na base do conhecimento e da informação prestada pelos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que, de alguma forma, são exigentes e que seriam a continuação daquilo que se fez no ano passado, independentemente de se ter feito alguma coisa em 2018 e 2019, neste momento a situação deixa-os mais tranquilos, porque os equipamentos daquela equipa vão ser renovados. Adiantou que a Câmara Municipal, atualmente, dispões de uma Bobcat com fresadora, de uma giratória pequena, de um cilindro, de uma caldeira e aguardam a chegada de uma pavimentadora e de dois camiões para a Divisão de Obras Municipais. Acrescentou que estão otimistas e esperançosos que no mês de março e, principalmente, no mês de abril, seja possível aquela equipa produzir de uma forma mais consentânea com as suas capacidades. Tendo consciência do muito que há para fazer nas quatro freguesias, a intenção é ir, em primeiro lugar, à Rua da Padaria, em Ferrel, depois esperam ir ao Sol Village I, na Freguesia de Ferrel, depois esperam ir a algumas zonas de Atouguia da Baleia, que poderá ser exigente e demorar alguns dias e, posteriormente, pensam voltar a Ferrel, nomeadamente ao centro da vila. Indicou que está tudo referenciado, apesar de não ter consciência do tempo necessário para a realizar dos trabalhos na Serra d’El-Rei, mas iriam ajustando, não esquecendo, obviamente, a cidade de Peniche que tem muitas áreas onde intervir.

Quanto à estrada que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador referiu, afirmou que já teve a oportunidade de falar com o senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos, e foi feito um pré-acordo por telefone. Disse, ainda, que caso se tratasse da contratação de uma empreitada, provavelmente, já estaria a ser desenvolvida, como se trata de uma obra que a Câmara Municipal irá fazer, e espera que a mesma se faça ainda este ano, será, com certeza, executada depois das principais necessidades do concelho estarem realizadas. Referiu que estiveram a analisar a estrada e, para além, do asfalto precisa de algumas intervenções em termos de bermas, e precisa,

também, de alguns postes de eletricidade numa das curvas que consideram bastante perigosa, e já o solicitaram à EDP, mas será a última a ser realizada.

Informou que existe um número significativo de lombas para executar e gostaria de saber o que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei pensava sobre a necessidade de se colocar duas ou três lombas na estrada para abrandar a velocidade que se atinge.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Foi referido pelo senhor Presidente da Câmara que dispunha da informação de três freguesias, mas da Serra d'El-Rei também tinha, porque tiveram reunião de preparação do plano e orçamento e foi entregue um documento que contem principais necessidades da freguesia.

Sobre a Covid-19, não colocava aquelas questões com a preocupação do alarmismo social, mas a situação é muito mais complicada do que parece, porque vão ouvindo e vão sendo chamados à atenção que já vai faltando dinheiro para pagar situações essenciais, como é o caso da luz, da água, da renda de casa, ou seja, existem situações que têm de ser acompanhadas, porque os efeitos sociais estão aí e vão fazer-se sentir, de forma mais acentuada, nos próximos meses, infelizmente.

Relativamente à questão sobre as lombas, na sua opinião, elas são um mau princípio em que as estradas são transformadas em pistas de hipismo, porque as pessoas não respeitam a velocidade e não cumprem o código, no entanto, não deixava de ser sensível que algumas vias pudessem ter lombas, aliás, a Câmara Municipal tem aprovada uma lomba para a Rua do Aterro, na Serra d'El-Rei, que, na sua opinião, deveria ser prioritária, porque está próxima do Mercado e há dificuldade em atravessar a estrada. Teve, também, conhecimento que existe uma pretensão para a Rua Luís de Camões, onde será feita a ciclovia, que também é sensível, mas a partir do momento que se coloquem aquelas duas, todas as pessoas terão direitos iguais e vão surgir outros pedidos.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Existiam lombas aprovadas há uns anos e ficou satisfeito por ter conseguido colocar uma, em particular, numa zona considerada perigosa, no centro de Ferrel, mas há muito para fazer e pretende que se façam as de maior preocupação, sempre com o parecer das Juntas de Freguesia em qualquer circunstância.

Em relação àquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, referiu, a Câmara Municipal tem apoios e ficava surpreendido por não haver mais pessoas a recorrer a esses apoios, inclusivamente, algumas situações são sinalizadas pela Câmara Municipal. Por outro lado, existe também um Programa de Apoio ao Arrendamento, que é significativo, e se, em algum momento se entender que é necessário alargar esses apoios, com certeza será feito.

Maria João Avelar (PSD):

Disse que:

Na sequência da intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, a sua preocupação tinha que ver com as medidas da Covid-19 que têm sido dadas pela Câmara Municipal. Referiu que estávamos a atravessar uma

época difícil e pensam que o pior estaria para chegar, portanto, em termos de suportes às famílias e às empresas haverão, com certeza, tempos difíceis para tentar chegar a todos. Acrescentou que nesta fase deveriam pensar nos que mais necessitam de apoio, até porque as Câmaras Municipais e a Juntas de Freguesia, por todo o país, têm dado o exemplo e avançado, mais rapidamente do que o Governo, no apoio direto às famílias e às empresas, pelo que esperava sentir, em Peniche, essa mesma pertinência, atenção e antecipação no apoio. Indicou que um bom planeamento, que significa prever e estar atentos aos sinais e poderem chegar em tempo oportuno, era sempre muito importante. Expressou que, obviamente, as famílias estariam sempre em primeiro lugar, mas as empresas são, também, muito relevantes e num concelho em que é preciso criar emprego e se percebe que os mesmos se estão a perder, nesta fase, é deveras uma fonte de muita preocupação.

Ainda, no âmbito da pandemia, perguntou como estava a correr a implementação do plano de vacinação, quer nos Lares de idosos, quer na restante população prioritária, no concelho de Peniche.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Relativamente às autocaravanas, na última Assembleia Municipal referiu que iria entrar em vigor uma alteração ao Código da Estrada que fazia lei o que já estava no Regulamento Municipal do Autocaravanismo, que é a proibição da pernoita fora dos parques. Tendo em conta que a questão está longe de ser cumprida, perguntou se as autocaravanas ou qualquer veículo semelhante, estavam a ser encaminhados para os diversos parques existentes no concelho para aquele efeito.

Em relação aos diferentes Regulamentos Municipais, que estão há muito tempo para ser revistos, há dois anos, foi dito pelo senhor Presidente da Câmara que estavam praticamente todos prontos para encaminhar à Assembleia Municipal, no entanto, até à data, isso não aconteceu. Referiu que foi contratada uma senhora Jurista, que recebe uma avença mensal, para tratar do assunto, e não lhe parece minimamente razoável que ao longo de quase três anos e meio não tenha sido presente um único Regulamento à Assembleia Municipal, dos que estão para rever, para serem trabalhados e aprovados. Perguntou porque razão isto acontecia.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que:

Em relação ao posto da Guarda Nacional Republicana de Atouguia da Baleia, o senhor Presidente, em setembro, referiu que iria enviar o cronograma do processo aos membros da Assembleia Municipal, mas, até ao momento, ainda não foi enviado. Por outro lado, teve conhecimento do estado de elevada degradação das atuais instalações da Guarda Nacional Republicana, pelo que seria urgente resolver este processo. Solicitou um ponto de situação e, também, p envio do cronograma em falta. Frisou o que tem dito, sobre aquilo que é o papel dos Municípios nestes processos, em que, muitas vezes, os Municípios solicitam ao Ministério da Administração Interna uma rápida intervenção ou construção dos edifícios, mas, neste caso, verifica-se o Ministério da Administração Interna a aguardar que o Município avance com o processo.

Perguntou qual era, atualmente, o valor em dívida da concessão da Nau dos Corvos. A questão das concessões municipais têm sido um problema, não só do atual

executivo, mas também do anterior e, neste momento, estão a Nau dos Corvos, o Taskareia e o Sportágua fechados, pelo que gostaria de saber o que iria ser feito com as mesmas. Por outro lado, teve conhecimento que, recentemente, o concessionário da Cafeteria do Parque, após ter estado quatro meses a aguardar uma resposta por parte do Município, entregou a chave daquele espaço, pelo que solicitou um ponto de situação. Indicou que existe alguma incapacidade na gestão de bens públicos, e quem está nesses cargos tem a obrigação de os gerir bem.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Relativamente às questões colocadas pela senhora Deputada Maria João Avelar, uma parte delas, de certo modo, foram esclarecidas e o propósito é estarem atentos, mas era preciso ter conhecimento das situações e que os ajudassem a apoiar quem necessita, porque aquilo que vão conhecendo vão fazendo. Referiu que, em relação às empresas, na sua opinião, no início da Covid-19 tomaram uma boa medida criando o Gabinete de Apoio às Empresas (GAE), mesmo reconhecendo que a mesma poderia ter sido implementada há mais tempo. Expressou que têm estado a aprofundar a intervenção, aproveitando o conhecimento e a disponibilidade dos técnicos municipais, quando ela existe e, por norma, eles correspondem às necessidades e estão atentos àquilo que vai saindo.

Em relação ao plano de vacinação, não estava a correr bem, considerando as expectativas que se criaram. Referiu que sido muito pouco, e ficava surpreendido com algumas notícias que ia vendo nalguns concelhos do Norte, apesar de terem sido disponibilizados mais apoios à Saúde do que aqueles que têm estado a dar. Deu conta que nos Lares, já todos têm a primeira dose e uma parte já tem a segunda dose. Informou que o ACES solicitou o apoio da Câmara Municipal para recolher os contactos telefónicos de uma parte das pessoas com mais de oitenta e cinco anos, das quatro freguesias, a quem encaminharam e aproveitou para agradecer a colaboração de todas as Juntas de Freguesia nesse sentido. Expressou que questionou a hipótese de criar condições para vacinar as pessoas num espaço mais amplo, mas foi dito que não era necessário, portanto, foram feitas uma série de propostas para que o Município pudesse ajudar de várias formas.

Sobre as autocaravanas, era verdade o assunto ser abordado pelos senhores Vereadores, na Câmara Municipal, que têm mostrando alguma insatisfação e a constatação de que algumas caravanas estão fora de parques, mas era difícil pressionar as forças de segurança, nomeadamente a Guarda Nacional Republicana, para situações desta natureza, quando eles se encontram concentrados em conseguir acompanhar e controlar, diariamente, os doentes Covid-19. Referiu que teriam de encarar de frente o problema das autocaravanas, que estava um estudo elaborado, que existem medidas, nomeadamente junto à Papoa, que pretendem tomar, mas são necessárias condições para as executar, que existem outras situações em que têm de intervir, mas teria de ser por etapas, até porque terão que avaliar se há recursos para transferir para as Juntas de Freguesia, e neste momento a área é muito extensa para intervir. Concordou com as preocupações transmitidas, que reconhecem o problema, que vinha de trás e que continua, e não deveria existir, que pretendem, em conjunto com a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, alargar a capacidade na Consolação, que poderá ser um caminho, mas teria que haver a intervenção das entidades policiais, no sentido de ajudar a Câmara Municipal a encaminhar as autocaravanas para os espaços adequados.

O Regulamento dos Horários de Funcionamentos dos Estabelecimentos Comerciais está concluído, mas aguardam a presença da senhora Dr.^a Ana Cláudia Guedes em reunião de Câmara, para esclarecimento de questões colocadas. Informou que o Regulamento relacionado com o Urbanismo estava praticamente finalizado, faltava o seu próprio contributo, que ainda não elaborou, mas, na sua opinião, deve ser feito um ponto de situação, e o Gabinete Jurídico dispõem desse levantamento, esclarecer, ver o que pode ser feito e assumir, caso não hajam condições, mas gostaria de os ter todos prontos.

Quanto ao cronograma do posto da Guarda Nacional Republicana, pensava que tinha sido enviado. Informou que a reunião de Câmara, de segunda-feira, tem na ordem de trabalhos para discussão a Unidade de Execução para o novo quartel da Guarda Nacional republicana de Atouguia da Baleia e que, sendo verdade, que a Administração Central tem orçamentado, desde 2018, a construção daquele quartel, também era verdade que há um procedimento, que é exigente, que não tinha sido iniciado, ou seja, o loteamento, porque nem os terrenos estavam negociados com os proprietários, portanto, há um conjunto de procedimentos que não foram feitos, e isto já foi transmitido ao senhor Secretário de Estado e aos responsáveis da Guarda Nacional Republicana, numa reunião por videoconferência. Por outro lado, expressou, e já o fez em outras alturas, que o setor que tratava este procedimento era o mesmo que trabalhava as empreitadas, os concursos às candidaturas e um conjunto de outros procedimentos.

Em relação às concessões, o valor em dívida ultrapassa um pouco os trinta mil euros. Indicou que este era um dossier grande, onde existe um diferendo que, na sua opinião, iria acabar no Tribunal, apesar de, naturalmente, ser sempre preferível haver um acordo. Por outro lado, informou que existe a avaliação do edifício e que pretendiam convidar empresas de arquitetura que pudessem avaliar e dar uma opinião sobre o edifício para, posteriormente, se avaliar a situação em reunião de Câmara. Entendia que deveria ser feito um projeto de reabilitação e de melhoramentos do edifício para que, depois, fosse lançada uma empreitada e, mais tarde, abrir procedimento para um concurso de Hasta Pública para a sua concessão. Relativamente ao Taskareia, deu conta que, neste mandato, foi aberto concurso e não apareceu nenhum candidato. Informou que foi dada orientação para abertura de um novo procedimento. Quanto à questão do estabelecimento do Parque Municipal de Campismo e Caravanismo, a Câmara Municipal recebeu um ofício onde era colocada a possibilidade de isenção de alguns meses da renda, que enviou aos serviços técnicos para avaliação e a dificuldade foi se, neste caso, era possível fazê-lo ou não, e quando o assunto estava praticamente clarificado receberam outro ofício, que o surpreendeu, em que a empresa manifestava vontade em rescindir o contrato de arrendamento. Admitiu que possa ter demorado algum tempo, mas a empresa poderia ter questionado e a Câmara Municipal iria dizer-lhe que estava a trabalhar numa solução, tal como fizeram para outras situações. Ainda sobre o Parque Municipal de Campismo e Caravanismo de Peniche, deu conta que, no início do ano passado, referiu, numa reunião de Câmara, que pretendia colocar a discussão a gestão do parque de campismo. Indicou que o Parque Municipal de Campismo e Caravanismo tem a necessidade de investimentos que são muito exigentes, avaliados em cerca de três a quatro milhões de euros. Disse, ainda, que, na sua opinião, a melhor solução seria a concessão a uma empresa do setor privado com a possibilidade de gerir aquele espaço por alguns anos, fazendo o investimento, que permitisse à Câmara Municipal obter uma receita considerável para investimentos em outras áreas, ficando sempre o equipamento

na propriedade Municipal. Resumindo, ou a Câmara Municipal decide fazer um concurso e conceder a gestão do espaço, por alguns anos, a uma empresa, ou não o fazem e terão a necessidade de fazer um grande investimento.

Mariana Rocha (CDU):

Relativamente ao que foi dito pelo senhor Presidente da Câmara, em relação ao acompanhamento das autoridades às pessoas doentes com a Covid-19, disse que durante os meses de março e abril funcionou razoavelmente, mas na última fase, na sua opinião, funcionou muito mal. Deu conta que encontrou pessoas com a doença na rua e que, ela própria, as chamou à atenção de que deveriam estar em casa. Por outro lado, informou que durante o período em que esteve em isolamento, não foi feito qualquer acompanhamento, nem teve qualquer apoio por parte da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal, teve sim o apoio de vizinhos.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Após verificar os números, constatou que foram acompanhadas mais de quinhentas pessoas. Expressou que sempre fez um grande esforço, mesmo quando tinha razão de queixa das entidades policiais ou outras, para não as criticar publicamente, e não seria uma Junta de Freguesia ou uma Câmara Municipal a contactar as pessoas para perceber se necessitavam de apoio, pelo contrário, recebeu diversos contactos que encaminhou a quem de direito, por outro lado, a senhora Deputada Mariana Rocha não tinha desculpa, porque era uma pessoa informada. Referiu que os técnicos e os trabalhadores municipais foram inexcedíveis e tinha que o reconhecer, inclusive, num momento de maior gravidade, em que detetaram falta recursos humanos, para dar resposta às chamadas telefónica e, de um dia para o outro, esse número foi duplicado.

Mariana Rocha (CDU):

Explicou que, apesar de ter estado em isolamento, não foi a própria que necessitou, mas quem precisou não teve acesso aos apoios. Reiterou que as autoridades não tiveram a mesma atenção que tiveram em março e abril.

Vanda Duarte (GCEPP):

Deu conta que, desde a primeira fase da pandemia, foram criados vários números de apoio, e foi falado com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia para que, nas suas localidades, fizessem a divulgação e articulassem com os Serviços da Ação Social, que foi feito, foi criada uma linha de apoio, na segunda vaga, gratuita, que foi distribuída por diversos locais.

Ademar Marques (PSD):

Agradeceu a informação prestada pela senhora Deputada Vanda Duarte, mas quem a deveria ter prestado era o senhor Presidente da Câmara, porque a senhora Deputada não podia confundir as suas funções de Adjunta do senhor Presidente da Câmara e de Deputada Municipal.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que o senhor Deputado Ademar colocou em questão uma situação sem

importância, porque todos os contactos disponíveis dos Serviços Sociais e dos Serviços da Câmara poderiam ser consultados através do Facebook e do site do Município, e do Jornal A Voz do Mar, e o que a senhora Deputada, e sua Adjunta, Vanda Duarte referiu todos deveriam saber.

Ademar Marques (PSD):

Esclareceu que estas situações aconteceram, reiteradamente, no mandato anterior em que a senhora Chefe de Divisão respondia em vez do senhor Presidente da Câmara e isso não era aceitável, e a mesma coisa se passou naquele momento. Referiu que naquela situação, estava de acordo e, de facto, existia informação disponível para a senhora Deputada Mariana Rocha, e lamentou que não a tenha sabido aproveitar, porque, na sua opinião, foi feito um esforço por todas as autarquias para a disponibilizar.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

JOANA BARATA:

Leu o documento que a seguir se transcreve:

«O meu nome é Joana Barata e fui uma das vencedoras do Orçamento Participativo de 2017, com o projeto de um Parque Canino.

Este projeto foi idealizado para que os detentores de cães tivessem um sítio para puderem interagir com os seus cães e para que estes pudessem, também, socializar com segurança.

O projeto foi apresentado em 2017, onde a previsão de execução seria de 24 meses. Passados 36 meses venho apresentar algumas questões relativamente ao meu projeto, ainda, não executado.

No dia 01 de outubro de 2018, numa reunião de Câmara, o senhor Presidente da Câmara informou-me que eu e todos os outros vencedores do Orçamento Participativo iríamos ser contactados para nos colocarem a par da situação de cada projeto, mas apenas fui contactada para uma reunião no dia 26 de maio de 2020, onde me foi apresentado um projeto final de um Parque Canino que nada tinha a ver com o meu projeto base.

Quero salientar, mais uma vez, que todos os projetos apresentados foram elaborados com base numa verba de sete mil e quinhentos euros cada um, pois foi a verba disponibilizada pela Câmara Municipal na altura do concurso. Tenho pena é que a interação da Câmara Municipal com os vencedores de todos os projetos não tenha sido mais ativa, pois tenho a certeza que se assim fosse todos os projetos já teriam sido executados e bem executados.

Na referida reunião de 26 de maio de 2020, com a senhora Vereadora Ana Rita Petinga e o senhor Engenheiro Nuno Cativo referi logo que o projeto que me estava a ser apresentado em nada ia de encontro ao meu projeto, em vários aspetos, tais como:

- A localização, em que o projeto é colocado na zona mais movimentada do parque da cidade;

- A verba, que quintuplicava devido à implementação de uma pista de obstáculos de alta qualidade, onde no meu projeto todas as diversões apresentadas eram elaboradas com materiais recicláveis e reutilizáveis; e

- A quantidade das mesmas diversões que vai limitar, em muito, o espaço que resta para que os animais possam correr.

Após a demonstração do meu desagrado ao projeto ali apresentado, foi-me dito pelo senhor Engenheiro Nuno Cativo que se era para se fazer, era para se fazer um parque de referência nacional.

Para quem não me conhece gostava de referir que a mim pouco importam as referências nacionais, mas que me importo sim com o propósito das coisas e que neste caso o projeto da Câmara Municipal estava completamente desvirtuado do meu.

Tudo o que referi anteriormente foi exposto na reunião de Câmara, de 22 de junho de 2020, onde também dei algumas alternativas, nomeadamente, sobre a localização. Desde essa data nunca mais tive qualquer feedback acerca do ponto de situação em que se encontra o meu projeto.

Assim sendo, quero hoje deixar as seguintes questões:

- Qual o ponto de situação do projeto.
- Se existe alguma alteração prevista, e se existe quais são.
- Qual a previsão de execução final para o projeto.»

Ademar Marques (PSD):

Agradeceu à senhora Joana Barata ter colocada à Assembleia Municipal aquela questão.

Disse que:

O Partido Social Democrata, por várias vezes, reiterou a necessidade de se concluir os projetos do Orçamento Participativo de 2017, e existem, pelo menos, dois projetos que não foram concluídos, o do Parque Canino e o do Quiosque, em Atouguia da Baleia, e há um terceiro, o do Parque Infantil no Parque Urbano, que foi concluído, ilegitimamente, de outra forma e com outra dimensão, mas já foi referido na Assembleia Municipal que deveria manter referência à ideia.

Lamentou que a boa iniciativa do Orçamento Participativo, que o Partido Social Democrata defendeu durante tanto tempo, não tenha tido seguimento com este executivo, porque não concluiu o que estava para fazer do primeiro, e não repetiu qualquer edição.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

O Orçamento Participativo era um projeto do executivo presidido pela Coligação Democrática Unitária, de então, que deram e continuavam a pensar que é um projeto válido e que valia a pena, oportunamente, continuar com o mesmo.

Os Técnico Municipais poderiam ter a sua opinião, mas quem mandava era a Câmara Municipal, pelo que o executivo municipal deveria ver o que falta, o que era necessário fazer e que se execute o projeto de acordo com a aprovação do mesmo.

Henrique Estrelinha (PS):

Agradeceu à senhora Joana Barata a questão colocada.

Disse que:

O Partido Socialista, por diversas vezes, tem levantado a questão sobre o Orçamento Participativo, um Regulamento que estava em vigor e que não tem sido cumprido, e também a questão do Parque Canino.

Relembrou que, na reunião de 28 de fevereiro de 2020, esta questão foi abordada

e o senhor Presidente da Câmara disse que iria ser apresentado um projeto na reunião seguinte da Câmara Municipal e, portanto, era importante resolver a situação. Não se pede um projeto gigante, pede-se algo para que os animais possam usufruir.

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Por indicação da senhora Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da Câmara, disse que:

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à senhora Joana Barata as questões colocadas e referir que eram sensíveis às preocupações demonstradas

A Técnica Municipal que executou o projeto, apresentado à senhora Joana Barata e, também, em reunião de Câmara, se encontrava de baixa médica. Considerando que já regressou está, neste momento, a analisar as possibilidades de uma nova localização que não aquela apresentada em reunião de Câmara, portanto, estão a aguardar para que possam dar andamento ao processo do Parque Canino.

Em relação ao Quiosque de Atouguia da Baleia, iria, brevemente, a reunião de Câmara para ser analisado, mas que a proposta apresentada pelos proponentes tinha em falta alguns pareceres, obrigatórios, dada a zona onde o mesmo iria ser instalado.

Era intenção do executivo fazer os dois projetos que estão por realizar, referente ao Orçamento Participativo de 2017, e que acham importantíssimo haver um Orçamento Participativo, onde todas as regras sejam bem claras, estejam bem definidas e que haja pouca intervenção humana, por isso, existe uma proposta para alteração do Regulamento do Orçamento Participativo, que iria em breve a reunião de Câmara e, posteriormente, à Assembleia Municipal, para que possam então implementá-lo.

Henrique Estrelinha (PS):

Esclareceu que se poderia fazer uma proposta de alteração ou um novo Regulamento, do Orçamento Participativo, mas existe um Regulamento do Orçamento Participativo, em vigor, que não estava a ser cumprido.

Ângelo Marques (PS):

Disse que não poderia deixar de sinalizar esta situação. Estavam a falar do Orçamento Participativo de 2017 e, no último ano de mandato, estavam a equacionar fazer uma alteração ao Regulamento.

JOÃO CAMPOS:

Disse que:

Pretendia referir algumas preocupações, relacionadas com o sistema dunar da Praia de Peniche de Cima. Perguntou quando seria elaborado um projeto de requalificação do mesmo, visto estar-se a perder todo o sistema dunar. Adiantou que, nos últimos quatro anos, deixaram de prestar manutenção e que o acesso ao seu bar estava fechado.

Verificava vários passadiços a ser executados, e muito bem, mas lembrou que os mesmos terão custos de manutenção, e refere-o porque tem um passadiço feito, desde o tempo do senhor Presidente Jorge Gonçalves, e a manutenção não era feita, acaba por ser ele a fazê-lo. Perguntou se, nas zonas de Peniche de Cima e da Prageira, os habitantes não mereciam também uns passadiços e umas escadas dignas, porque, como Penicheiro,

gostava de ver aquilo bem tratado e olhado de outra forma.

Gostaria de saber quando seria a abertura da época balnear, porque é concessionário desde 1988 e não tem conhecimento. Por outro lado, também não sabia quantos nadadores salvadores iriam ter.

Pretendia obter a licença para a Escola de Surf, que detém há cerca de 20 anos, e questionou onde se poderia dirigir.

Foi contactado pela Câmara Municipal, no âmbito da requalificação dos bares e o que referiu foi que estava disposto a fazer um investimento desde que lhe dessem condições de acesso ao mesmo, para que pudesse trabalhar.

Relativamente ao pedido de viabilidade de construção do seu terreno, perguntou quando lhe disponibilizavam o parecer para que possa pensar em fazer algo. Indicou que pretendia investir e criar postos de trabalho, porque, na sua opinião, em primeiro lugar, estão as pessoas da terra, até porque não é a favor de latifundiários do surf, é a favor de pequenos negócios.

A última vez que interveio numa reunião, foi-lhe dito pelo senhor Presidente da Câmara que o senhor Engenheiro Nuno Cativo iria ser substituído, pelo que recordou que era necessário limpar o acesso ao seu bar.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

O munícipe João Campos colocou um Caderno de Encargos para responder e, obviamente, há questões que devem ser tratadas e respondidas, no âmbito da reunião da Câmara Municipal.

A questão da limpeza dos acessos à concessão do Senhor João Campos tem sido, sistematicamente, colocada, agora e no passado, e urge encontrar-se uma solução. Há pouco o senhor João Campos colocou uma questão interessante, é que a intervenção nas praias, com as características de intervenção que conhecem, é feita com uma máquina pesada, o que é uma exceção, para fazer aquela obra, e não consegue compreender a razão de se fazer ali e não se fazer em outros lados.

Em relação à abertura da época balnear, fazia muito sentido admitir, se fosse ainda possível, o seu início o mais cedo possível, porque é preciso as pessoas irem para a praia, até do ponto de vista da saúde.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Deu conta que todos os anos, habitualmente, nas Assembleias Municipais de dezembro, aborda o assunto da época balnear no sentido de se preparar a época do ano seguinte, porque é costume, a partir de abril e até novembro, haver muitos utilizadores dentro de água o que coloca em causa questões de segurança, no entanto, este ano não falou sobre o assunto e ela continua a repetir-se e a não estar prevista.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

O projeto de intervenção que estava a ser executado, neste momento, com apoios comunitários através de uma candidatura que o Município apresentou e que prevê a construção de três passadiços e de outras intervenções, nomeadamente a demolição das antigas instalações da Associação dos Caçadores e dos equipamentos de tiro aos pratos, e a intervenção que as máquinas lá tiveram, não poderiam ser confundidas, fosse a

máquina muito pesada ou menos pesada e numa localização plana, na sua opinião, a Agência Portuguesa do Ambiente, que era muito exigente, não iria colocar reservas, no entanto, nunca falou com aquela entidade sobre a intervenção das máquinas. Referiu que, independentemente daquilo que pensava sobre as intervenções no sistema dunar, tinha que ser reabilitado, provavelmente teria que ser feito um projeto, mas a Câmara Municipal tem tantos projetos para fazer e tantas oportunidades para agarrar que, logicamente, entre o projeto da Zona Industrial, o projeto da Marginal Norte e outros que possam ser financiados por fundos comunitários, a Câmara Municipal poderia lançar-se a fazer neste projeto, mas, neste momento, não tem condições, e quem deveria executá-lo era a Agência Portuguesa do Ambiente. Admitiu que, quando houvesse folga para fazer o projeto e lançar a candidatura, pudessem pensar naquela área, que os deve preocupava a todos.

Gostava muito dos passadiços que estavam a ser executados, que tinha a ambição que o concelho de Peniche, consigo ou com outros autarcas, construa mais, porque, na sua opinião, são diferenciadores, enriquecem a nossa oferta turística, mas também a qualidade de vida e esperava, em breve, que a Câmara Municipal disponha de uma equipa que pudesse intervir na manutenção e reabilitação de todos os equipamentos, nomeadamente as estruturas de madeira.

Em relação às escadas, estavam contempladas em Orçamento, e que a Divisão de Obras Municipais estavam a preparar os procedimentos.

Relativamente à época balnear, o senhor João Campos não referiu, mas, normalmente, com ou sem Covid-19, defendia que ela fosse reduzida. Ele próprio defendia, tal como foi dito pelo senhor Presidente da Junta de Ferrel, Pedro Barata, que houvessem condições nas praias quase todo o ano, que deveria existir uma equipa de vigilância permanente nas praias, e estavam a trabalhar nesse sentido com uma Associação, mas, entretanto, surgiu uma reivindicação da parte dos Concessionários de praia, que entenderam ser justa, para que a Câmara Municipal os ajudasse a suportar os custos com os Nadadores Salvadores, logo, uma parte substancial dessa verba foi encaminhada para outro lado. Indicou que para ter uma equipa permanentemente de vigilância e de meios, de uma forma mais intensiva na época balnear, com condições diferente, também, nas zonas de *surfing*, necessitava de investimento na ordem dos cem mil euros, mas, na sua opinião, Peniche teria que apostar nesse sentido. Deu conta que o Executivo Municipal propôs à Agência Portuguesa do Ambiente, que é quem define esse período, que a época Balnear, com a ressalva de que foi o contributo da Associação dos concessionários de Peniche, tivesse um prazo mais reduzido.

Defendia, desde 2018, que os apoios de praia deveriam ter mais qualidade, que se deveria apostar, investir, apoiar, inclusive com alguma compreensão, os concessionários de praia, e com isto pretendia dizer que poderiam, este ano, com a receção das concessões de praia da Agência Portuguesa do Ambiente, e que, em termos de valores de renda, poderiam considerar que eram valores baixos, isso não o preocupava, preocupava-o que houvesse uma disponibilidade dos concessionários para fazerem os investimentos que são precisos, para que, num contexto da estratégia do concelho, mas, também de qualidade de vida da população, se pudessem orgulhar que haveriam melhores equipamento do que os que existem. Informou que determinou aos serviços do Gabinete de Planeamento afeto à Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística que convocassem os concessionários de praia para se conversar, para lhes apresentar o que a Lei e os Regulamentos dizem, o que cada um teria de fazer, porque

quem não fizer os investimentos para requalificação e adaptação das suas concessões, a Câmara Municipal teria que intervir, portanto, a partir de 2023 estas decisões teriam de ser tomadas.

Voltando aos concessionários, pelos menos dois ou três manifestaram interesse em conversar com a Câmara Municipal, que lhes indicou os serviços técnicos para os ajudar e, pelo menos, dois deles estavam a avançar com os projetos, e o objetivo era começar, numa primeira fase, entre a Gamboa e o Bocaxica, com o senhor João Campos pelo meio, que foi o último a ser recebido, que manifestou a posição que há pouco referiu, ao contrário de todos os outros que mostraram abertura e que pretendiam investir, neste momento iriam partir para outra área.

Em relação à retirada das areias, tem tentado resolver, mas há sempre divergência sobre onde colocar a areia, e são os Técnicos Municipais que têm de decidir. Referiu que, obviamente, teria que haver bom senso, e quem dirigia o trabalho deveria procurar fazer o melhor.

A questão do saneamento passar pelo terreno do senhor João Campos, perto do Quebrado, para a Avenida Mariano Calado seria fácil se atravessasse um terreno do domínio público Municipal, mas o terreno é do domínio privado municipal. Informou que os serviços iriam, em breve, colocar a questão à Câmara Municipal, agora, não conseguia perceber qual a razão de o terreno ter ficado ali, mas a partir do momento em que passava um tubo inviabilizava a construção daquele lote.

O senhor João Campos referiu que estava a aguardar, há um ano, a aprovação de um projeto, não era verdade, tratava-se de um pedido de informação prévia, e foi-lhe respondido e, posteriormente, apresentou outro, que não tem ainda um ano, mas, obviamente, sendo uma questão complexa, não poderia obrigar os serviços, porque não há capacidade para isso, a antecipar os prazos.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que Portugal é um aluno muito bem-comportado, numas coisas somos tão exigentes, em outras a União Europeia trata-nos mal, e era bom que cada tivesse a oportunidade de conhecer as concessões de praia em Espanha, e se algum país tem tido um trabalho notável em relação às concessões de praia é Portugal, que tem concessões de praia de alto nível, mas há dificuldades em discutir este assunto com a Agência Portuguesa do Ambiente.

A Agência Portuguesa do Ambiente continua a ser uma agência que tem um papel importante em relação às questões ambientais, mas deveria ser tão exigente com os concessionários como com ela própria no investimento, que deveria fazer e não faz.

A questão que foi colocada pelo senhor João campos, relativamente ao sistema dunar fazia muito sentido, porque tanto fazia sentido encontrar uma solução para o sistema dunar, como encontrar uma solução para a concessão que o senhor João Campos tem, porque, na sua opinião, de uma forma objetiva, todos querem que aquela concessão existente tenha condições construtivas diferentes da que tem hoje.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Compreendia os problemas colocados pelo senhor João Campos, mas as mesmas teriam de ter objetividade, porque falou com os técnicos e, pessoalmente, para fazer a sua avaliação, precisava de entender que proposta fez. Naturalmente, percebia a dificuldade

que a Agência Portuguesa do Ambiente tinha para fazer projetos por toda a costa. Adiantou que aquela era uma constatação que tinha dezenas de anos, a necessidade de intervenção do sistema dunar, particularmente aquela zona e não sabe porque não se fez. Acrescentou que, na sua opinião, aquela concessão está colocada num lugar privilegiado e de excelência, e admitia que o senhor João Campos reivindique outro tipo de apoios, mas as propostas terão de ser apresentadas por escrito para que sejam analisadas e enviadas à Agência Portuguesa do Ambiente. Disse, ainda, que, independentemente daquilo que esta faça, na sua opinião, o concelho, logo que haja oportunidade, tem a obrigação de contratar um estudo com técnicos que faça uma análise e as suas propostas.

Em relação ao resto, esperava que este ano a questão das areias, se não houver complicações, corram melhor que em anos anteriores.

Vereador Mark Ministro (GCEPP):

Por indicação do senhor Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da Câmara, disse que:

Relativamente ao licenciamento das Escolas de Surf, na reunião de Câmara, de 25 de janeiro, foram aprovadas um conjunto de medidas transitórias, pelo menos até existir um Regulamento para o licenciamento, e apesar da atividade neste momento não poder ser exercida, devido às medidas impostas pela Pandemia, quem pretender tratar do licenciamento pode contactar a Câmara Municipal.

Em traços gerais, foi aprovado o seguinte:

- Serão renovadas as licenças que tenham sido emitidas ou em 2019 ou em 2020, com exceção de empresas que tenham dissolvido ou encerramento, ou empresários em nome individual que pretendam fazer o trajeto contrário, ou seja, mudança de empresário em nome individual para empresa, desde que tenham tido licença num dos últimos dois anos, podem requerer desde que o empresário seja o mesmo;

- Que as licenças emitidas sejam de carácter anual, compreendendo o período entre 01 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, independentemente da data em que sejam requeridas;

- O valor da emissão da licença terá uma taxa de treze euros e a ocupação do espaço público terá uma taxa de quatrocentos e cinquenta euros;

- Considerando que estamos numa época de pandemia, foi permitido pagar a licença em duas vezes, de 01 de janeiro de 2021 a 30 de junho de 2021 e de 01 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, como forma de facilitar a gestão de tesouraria dos requerentes;

- A emissão da licença deve ser requerida por escrito devendo ser entregues os seguintes documentos com o respetivo requerimento:

* Comprovativo de inscrição no Registo Nacional de Agentes de Animação Turística (RNAT);

* Cópia do certificado dos treinadores de desportos habilitados, nos termos da Lei n.º 40/2012, de 28 de agosto, na sua atual redação e comprovativo de registo do treinador na Federação Portuguesa de Surf;

* Comprovativo do vínculo laboral de pelo menos um treinador de desportos habilitados com cédula válida;

* Declaração da situação contributiva e tributária;

* Comprovativo de seguro de responsabilidade civil e acidentes pessoais, que cubra acidentes com os instrutores, instruendos e terceiros, decorrentes das atividades

desenvolvidas;

* Plano de emergência que contenha: os contactos em caso de emergência, quais os procedimentos a desencadear em caso de emergência, a lista dos colaboradores, a localização da caixa de primeiros socorros.

Algumas regras, no exercício da atividade nas praias, em que os operadores devem observar as seguintes medidas:

- Os alunos e os treinadores devem vestir licras com a identificação da escola, apresentando cores ou padrões diferentes entre alunos e treinadores;

- Deverão colocar bandeirolas identificativas da escola a que pertencem, não sendo autorizado publicidade a marcas ou associações, para delimitar a faixa de ocupação, não sendo permitido ocupar uma frente de praia superior a 30 metros;

- Cada professor pode acompanhar até um máximo de 6 alunos em grupo de adultos, 4 alunos em grupos menores de 12 anos e 5 alunos em grupos mistos;

- Durante a época balnear é proibida a prática desta atividade nas zonas de banho.

- O licenciamento das atividades desenvolvidas no âmbito do Centro de Alto Rendimento para o Surf será analisado caso a caso.

ARTUR CARVALHAL:

Disse que:

Pretendia abordar três pontos, um relacionado com a Guarda Nacional Republicana, outro relacionado com a Barragem de São Domingos e outros sobre a Rua Francisco Coutinho em Atouguia da Baleia.

Referiu que participou, no dia 28 de fevereiro de 2020, na Assembleia Municipal e foi-lhe dito que o 2020 era o ano da Guarda Nacional Republicana em Atouguia da Baleia e, na altura, chamou à atenção que tinham passado dois meses, mas afinal já passou um ano. Esteve a ouvir e parece que existe alguma coisa, mas ainda não era suficiente, era preciso persistir e dar continuação ao assunto, porque as aldeias precisam de uma defesa policial para manter a segurança.

Esteve há pouco na Barragem de São Domingos e era digno de se ver a destruição existente no caminho, na berma das águas, o ato poluidor com materiais de plástico e mangueiras e o lameiro. Referiu que aquela era a fonte de onde vinha a água que consumimos. Perguntou o que já foi feito de benéfico para defesa daquela Barragem.

Os caminhos da Rua Francisco Coutinho, da entrada de Porto de Lobos, da entrada de Atouguia da Baleia e do lado da Estrada da Seixeira estavam em muito más condições, e que existia falta de iluminação nos viadutos do IP6. Referiu que já teve a oportunidade de falar com o senhor Presidente da Junta de Freguesia e, realmente, era lamentável, porque não via a Junta de Freguesia com o desempenho necessário para embelezar e requalificar aquela vila. Indicou que os monumentos existentes em Atouguia da Baleia, estavam uma desgraça, e fazendo, os mesmos, parte do concelho de Peniche, a Câmara Municipal também deveria ser responsabilizada.

Deu conta que enviou uma carta ao senhor Presidente da Comissão Coordenadora de Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), ao senhor Presidente da Assembleia Municipal de Peniche, ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche, ao Delegado de Saúde, ao senhor da Assembleia de Freguesia de Atouguia da Baleia, ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, à Agência

Portuguesa do Ambiente, relativamente à requalificação do terreno junto à Rua Francisco Coutinho, em Atouguia da Baleia, e gostaria que se fizesse uma vistoria ao local, por quem de direito, para avaliar a legalidade e a conformidade com o disposto no regime jurídico da gestão territorial e demais legislação aplicável. Disse, ainda, que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia comprometeu-se em reunir com a população, e sabe bem que se a questão for colocada ela não irá gostar, porque o alargamento feito, por si só, estava clandestino, a CCDR e o Delegado de Saúde não têm qualquer conhecimento. Acrescentou que a população irá abraçar a requalificação daquele espaço, no sentido de dar qualidade à Freguesia de Atouguia da Baleia.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Agradeceu ao senhor Artur Carvalho as questões colocadas.

Disse que:

Iria falar na qualidade de líder do grupo da Coligação Democrática Unitária.

Sobre a Guarda Nacional Republicana, foi feito, hoje, um ponto de situação e ficou claro que, este ano, não iria haver posto da GNR, mas para si, e neste caso iria falar na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, tão importante como ter o posto da GNR em Atouguia da Baleia, que apoia, era resolver um outro problema que era estruturante e estrutural que é, a GNR não poderia ter o número de efetivos que tem, que é muito baixo, tem que ter mais meios humanos, tem que ter outros recursos e, inclusivamente, outros equipamentos que utiliza, nomeadamente, viaturas mais rápidas, portanto, era necessário dotar as Forças de Segurança dos meios que necessitam.

Sobre a Barragem de São Domingos, era uma questão que o senhor Artur Carvalho tem vindo a colocar, e que merece, desde logo, o acompanhamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.

Relativamente à questão sobre o Cemitério de Atouguia da Baleia, o último acompanhamento não foi feito à revelia, nem escondido. Recordou que além das reuniões em que o projeto foi aprovado, publicamente, na Câmara Municipal, também houve reunião de Junta de Freguesia e na freguesia sobre o projeto. Referiu que o senhor Artur Carvalho deveria fazer um esforço e, na sua opinião, a Câmara Municipal também o faria, de disponibilizar toda a informação do anteprojeto, do projeto, do valor que foi necessário para alargar o terreno, do parecer da Junta de Freguesia de então e de toda a discussão em houve em cede da Câmara Municipal, e aí iria perceber que nada foi feito à revelia. Por outro lado, poderia dizer-se que alguns dos cemitérios não deveriam estar localizados onde estão, mas todos sabiam que o ordenamento do território é o que é, e, há muitos anos atrás, os cemitérios estavam localizados em zonas onde se situavam as igrejas principais, mas, na sua opinião, os cemitérios deveriam estar fora do perímetro urbano, fora das zonas habitacionais.

Ângelo Marques (PS):

Agradeceu a intervenção do senhor Artur Carvalho.

Disse que:

Relativamente à questão do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana, por motivos que se prenderam com o facto de ter sido Vereador da Câmara Municipal e ter estado como Chefe de Gabinete da Secretária Adjunta da Administração Interna, pode acompanhar o processo. Deu conta que a senhora Secretária de Estado deslocou-se a Peniche, visitou as instalações das forças e serviços de segurança no concelho de Peniche,

houve unanimidade dos sete elementos da Câmara Municipal, na altura, no seio da Câmara Municipal e em reunião, de ser necessário uma concordância total da alteração da localização do posto da GNR para Atouguia da Baleia, houve inclusivamente uma sensibilização da senhora Secretária de Estado junto do Comandante Territorial da GNR de Leiria e, portanto, o processo iniciou-se nessa fase. Relativamente a isto, e sabendo que nem tudo era fácil, apenas poderia lamentar, porque a situação já poderia estar resolvida há mais tempo se tivesse havido mais alguma proatividade.

Em relação à Barragem de São Domingos, o relacionamento com a Agência Portuguesa do Ambiente, estando esta no Ministério do Ambiente, mas com delegação de competências em áreas específicas na Área do Ambiente, tem um poder enorme e nem sempre era fácil, mas, há um ano, quando o senhor Artur Carvalhal falou nesta questão, propôs a colocação de um Assistente Operacional ou Assistente Técnico que pudesse ser vigilante na Barragem, que possa emitir relatórios e o senhor Presidente da Câmara disse que talvez tivessem de optar por essa solução para amenizar as coisas.

Sobre o cemitério, iria deixar para a pessoa indicada responder.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse que:

As questões colocadas pelo senhor Artur Carvalhal eram recorrentes.

Relativamente à Estrada da Seixeira, já foi solicitada, há algum tempo, pelos Serviços Municipais, pelo senhor Engenheiro Nuno Cativo, à EDP a colocação de iluminação no prolongamento daquela estrada, pelo que espero ser colocada em breve.

Em relação à Guarda Nacional Republicana, agradeceu ao senhor Deputado Ângelo Marques a informação prestada, mas não poderia deixar de referir que tem sido acusado pelo senhor Artur Carvalhal que tem negligenciado esta questão, no entanto, tratava-se de um assunto onde não tem forma de intervir, porque ele está no âmbito da Câmara Municipal de Peniche. Reafirmou que a questão do quartel da GNR foi iniciada pelo, então, senhor Presidente da Câmara, o saudoso João Augusto Barradas, e o próprio, e acusarem a Junta de Freguesia de menor cuidado relativamente a este assunto, francamente, mas cada um fazia a avaliação que entendesse.

Sobre a Barragem de São Domingos, o assunto tem sido falado, diversas vezes, com o senhor Presidente da Câmara, porque os preocupava, e assim que o tempo permitir iria junto da Câmara Municipal para que, de forma conjunta, intervenham naquela matéria. Expressou que a ideia do senhor Deputado Ângelo Marques de se colocar uma pessoa que, de alguma forma, fiscalize os movimentos naquele caminho, talvez não fosse mau de todo, de qualquer forma, tinham que arranjar o caminho, fazer a regueira e, provavelmente, criar vedações nas zonas onde alguns agricultores tendem a, sistematicamente, passar e a estragar.

Relativamente ao Cemitério, o assunto iria ser entregue, na segunda-feira, na Câmara Municipal, nomeadamente o projeto urbanístico, de melhoramento da rua e em simultâneo o da ampliação do cemitério. Referiu que estaria fora de questão fazer as coisas à revelia, aquilo era uma necessidade, que não prejudica ninguém. Acrescentou que na autarquia, todos têm estado muito preocupados pela questão da pandemia, porque, infelizmente, não se consegue prever o que irá acontecer, há uma constatação séria, é que existem onze locais onde é possível sepultar pessoas, esta é a realidade. Insistiu que não pretendem fazer nada à revelia de ninguém, querem fazer de forma séria. Por outro lado, existindo dificuldades em realizar reuniões, por razões de pandemia,

perguntou de que forma o senhor Artur Carvalho pretendia que se auscultasse a população.

ARTUR CARVALHAL:

Referiu que, infelizmente, existe a desculpa da Covid-19 para reunir com as pessoas sobre a verdade daquilo que se pretende fazer, mas este problema era de há dois anos atrás. Informou que esteve, em setembro de 2018, numa Assembleia de Freguesia a falar sobre este assunto e a verdade é que a Covid-19 ainda não existia. Disse que a alternativa seria criar um cemitério nos Casais Brancos, em Reinaldes ou nos Casais de Mestre Mendo que iriam aliviar o espaço envolvente no cemitério de Atouguia da Baleia. Referiu que cada localidade tem uma Igreja, os terrenos são mais baratos e as pessoas teriam melhores condições, não seria necessário sobrelotar o cemitério de Atouguia da Baleia e, na sua opinião, o problema não irá ficar resolvido.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

(continuação)

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia continuou a apreciação do ponto em epígrafe, que havia sido interrompida para dar lugar ao período de intervenção do público, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse que:

Verificou no Edital da Ordem de Trabalhos da reunião ordinária da Câmara Municipal, da próxima segunda-feira, e ficou bastante satisfeito por verificar que o Quartel da Guarda Nacional Republicana estava agendado para discussão, pelo que se congratulou por isso, porque se trata de um assunto que será uma mais valia para o concelho e gostaria que ele ganhasse consistência.

Foi contactado por duas pessoas, preocupadas, dando-lhe conta que no Porto Batel, esta tarde, haviam muitos surfistas, porque toda aquela zona foi vedada com baias e com sinalética para que as pessoas não se aproximassem, pelo que seria conveniente haver mais atenção a estas situações.

Quando se falou, há pouco, na colocação de lombas na estrada que ligava a Serra d'El-Rei a Peniche e que passava pelos Casais de Mestre Mendo, lembrou que estava solicitada, há algum tempo, a colocação de, pelo menos, uma lomba na descida vai para a igreja.

Relativamente à questão da vacinação da Covid-19, gostaria de saber qual era o critério que estava a ser aplicado, porque tem conhecimento de algumas pessoas que estão a ser vacinadas de uma forma indiscriminada e sem fazer sentido, na sua opinião, e por isso gostaria que esta questão fosse clarificada.

Quanto à questão da senhora Deputada Mariana Rocha, desconhecia quem tinha ou não a Covid-19, e teriam que ser as pessoas a dirigir-se à Junta de Freguesia para solicitar apoio e esta, tal como tem feito por toda a freguesia, iria, dentro da medida do possível, prestar a assistência necessária. Por outro lado, gostaria de realçar o papel da

equipa da Câmara Municipal que trata destes assuntos, porque tem sido muito interessante e de apoio à população.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Continuava a parecer-lhe muito estranho que a transmissão da Assembleia Municipal não seja feita em direto na página do Facebook do Município.

Iria fazer referência a questões que colocou há dois ou mais anos, que não foram respondidas, assim como algumas propostas de reunião.

Referiu que se colocavam questões do estatuto do direito da oposição, do regime de acesso à informação administrativa que culminam com cenários que, pelo trabalho que dão e pelo que envolvem, não pretendem chegar a esse ponto, mas pela Lei n.º 75/2013 e a Lei n.º 26/2016 referem prazos e as competências para as respostas que ali eram colocadas.

No âmbito da discussão já efetuada sobre a questão das autocaravanas, referida pelo senhor Deputado Ademar Marques, o Regulamento Municipal também previa que poderiam ser serviços da Fiscalização Municipal a intervir.

Quanto à questão que vem colocando há algum tempo, sobre a empresa pública municipal que deveria ser uma realidade no concelho e que trataria, entre outros assuntos, da publicidade, mas a questão da Polícia Municipal já deveria existir, na sua opinião, no concelho de Peniche.

Iria colocar a questão dos asfaltamentos, porque não conseguia classificar o quadro que foi apresentado no último Boletim Municipal. Referiu que se tratava de uma informação completamente incongruente, porque o que diz são outros asfaltamentos de 2018-2020, portanto, se aquele boletim foi distribuído em 2021, pressupõem-se que os asfaltamentos de 2018-2020 seriam aqueles que foram feitos nos últimos dois anos. Por outro lado, colocaram ruas que não foram solicitadas, que não foram feitas e que não estão para se fazer, logo não se percebe o que o quadro diz. De acordo com o que foi referido, acerca dos asfaltamentos, a questão da gestão dos serviços diz respeito ao senhor Presidente, mas, na sua opinião, continuava a ser muito mal pensado, porque andar a saltar entre freguesias não lhe parecia ser rentável. Adiantou que não estava de acordo com a questão do Sol Village I, que tem muita necessidade de asfaltamento como em muitos locais da freguesia, porque era preciso perceber que naquele local existem passeios pedonais e as pessoas caminham até à entrada das suas casas e existem ruas em Ferrel, algumas das que foram intervencionadas pela Junta de Freguesia para fazer os coletores pluviais, que estão em terra batida, pelo que neste caso se colocam questões de prioridade e de necessidade das pessoas.

Relativamente ao Cemitério de Ferrel e ao pedido de vistoria que, segundo a CCDR, a 05 de fevereiro de 2021, ainda não tinha sido feito, mas segundo o senhor Presidente da Câmara, a 02 de dezembro de 2020, já tinha sido feito, gostaria de saber se existe alguma informação.

Sobre a questão da morte do gado em Ferrel, que foi imputado, por alguns cidadãos, à Junta de Freguesia e, segundo o comunicado do senhor Presidente da Câmara, relaciona a Junta de Freguesia ao acontecimento, gostaria de dizer que os comunicados, uma vez publicado, não poderiam ser retirados, mas que deveria ser feita, da parte do senhor Presidente da Câmara, uma nova informação, porque o comunicado saiu, a comunicação social acabou por referir que estava a acompanhar a situação nas

redes sociais e, pessoalmente, entendia que o senhor Presidente da Câmara deveria fazer um esclarecimento dizendo que aquela foi uma posição do Presidente e não da Câmara Municipal, como ficou patente na última reunião pública da Câmara Municipal. Acrescentou que, além, das questões colocadas no comunicado, a Junta de Freguesia pretende saber o que aconteceu e iria até às últimas consequências para perceber o que se passou, responsabilizar quem tiver que ser responsabilizado e assumir as responsabilidades que tiver que assumir, partindo do princípio que tudo fizeram como deveriam ter feito.

Lamentava não ter tido ainda resposta às propostas efetuadas, em relação às Autarquias sem glifosatos, que confronta com a rapidez do comunicado.

Segundo o que foi dito pelo senhor Presidente da Câmara, foi produzido um relatório e enviado à Direção Regional de Agricultura e Pescas (DRAP) e ao Serviços de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) pelo que questionou, novamente, se esse relatório não poderia ser enviado para a Junta de Freguesia, sendo esta também uma autoridade. Ainda sobre este assunto, mantendo a confidencialidade das pessoas que fizeram a denúncia junto do senhor Presidente da Câmara, referiu que enquanto membro da Assembleia Municipal poderiam solicitar o acesso às denúncias feitas, rasurando a identidade das pessoas que o fizeram, para saber até que ponto essas denúncias são fidedignas para resultar num comunicado.

Gostaria de perguntar, novamente, quem aplicou herbicidas no Campo da Republica, em janeiro de 2021.

Foi dito pelo senhor Presidente da Câmara, na reunião de Câmara de 08 de fevereiro de 2021, o seguinte, passou a citar:

«Se havia alguém que deveria ter contactado o outro deveria ser o Presidente de Junta que deveria ter contactado o Presidente da Câmara, a partir do momento que sabia o que tinha acontecido. Portanto, aliás, se há coisa que algumas pessoas se surpreendem é que um conjunto de pessoas que naturalmente teve conhecimentos disto e silenciou-se, silenciou-se numa situação grave.» Perguntou a quem é que o senhor Presidente se referia. Quem é que silenciou e o que é que silenciou.

António Moniz (GCEPP):

Disse que o facto de haver um projeto orçamentado em um milhão de euros para o Centro Hospitalar do Oeste, que foi anunciado pela Administração, antes do início da pandemia, há cerca de um ano, e recentemente foi informado de que a Assembleia Municipal de Óbidos aprovou por unanimidade o envio de uma missiva para o Governo, para saber em que estado se encontrava a construção da Unidade de Cuidados Intensivos do Centro Hospitalar do Oeste. Desse ponto de vista, e sabendo também que o assunto foi discutido na Assembleia Municipal de Caldas da Rainha, recentemente, gostaria de saber, uma vez que a Assembleia Municipal de Peniche tem uma Comissão para a Saúde se o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal poderia envidar os esforços para, justamente, também, se juntar àquele movimento de pressionar o Governo para saber qual é o ponto de situação de criação daquela Unidade de Cuidados Intensivos que é tão importante para Peniche e para as valências do nosso Hospital.

Ângelo Marques (PS):

Disse que:

Relativamente à pandemia Covid-19, partilhava as preocupações já evidenciadas na Assembleia Municipal. Reiterou que o Partido Socialista tem tido, ao longo deste tempo pandémico, uma postura responsável, que já fez algumas propostas e algumas delas, inclusivamente, foram implementadas pelo Município, propostas essas para amenizar os efeitos da pandemia, entendem que não deve haver e não tem havido aproveitamento político nesta matéria. Referiu que, de uma forma geral, tem havido cooperação estratégica, ação conjunta de todas as forças políticas, de todos os autarcas, dos funcionários municipais e de todas as Instituições e de todos os concidadãos.

Deixou claro, porque, também, as outras forças políticas o evidenciaram, que poderiam continuar a contar com os autarcas do Partido Socialista para a efetivação de medidas e apoios que possam fazer face às dificuldades da população, das famílias, das empresas, sejam as dificuldades atuais e/ou aquelas que infelizmente ainda estavam para vir, e dentro dessas medidas e apoios destacou a questão do movimento associativo e fez referência a um caso que urge adequar a realidade atual que explicou:

«No âmbito do Portal do Associativismo do concelho de Peniche, as Associações receberam um email a 22 de dezembro de 2020, com um determinado aviso, intitulado Aviso n.º 01/2020, que pressupunha que, durante o mês de janeiro de 2021, se submetessem candidaturas a financiamento para apoio a atividades regulares, apoio a atividades desportivas, apoio à cultura ou apoio logístico. Queria referenciar que estes apoios são sempre bem-vindos, mas em pleno contexto pandémico onde as Instituições, nomeadamente as IPSS, passam por dificuldades financeiras para apoiar os seus utentes/clientes, constatamos o seguinte:

A esmagadora maioria das atividades presentes, que referi, que estão sujeitas a financiamento estão paradas ou com futuro incerto, pelo que financiar algo neste contexto é completamente imprudente, desajustado e até irreal. Não estão previstas situações de exceção e com o contexto atual devia prever.

As Instituições/Associações, neste momento tão específico, precisam de apoios diferenciados e adequados em função da sua atividade e das carências, e não de apoios lançados avulso sem qualquer especificidade.

Entendemos que existe um Regulamento subjacente, mas, também, sabemos que se trata de um Regulamento de 2015, e que neste cenário não tem sentido prático e cabe à Câmara Municipal encontrar soluções para atenuar a diversas dificuldades que as IPSS e as demais Instituições enfrentam.»

Gostaria que o senhor Presidente da Câmara tivesse em consideração a explanação que fez, que não era mais do que a ilustração das dificuldades que as IPSS atravessam.

Em julho de 2020, a Câmara Municipal de Peniche assinou um protocolo com o Ministério da Educação para remoção de amianto das escolas, e esse protocolo incidia sobre a remoção de fibrocimento das seguintes escolas: Escola Básica 1,2,3 de Peniche, Escola Básica 2,3 de Atouguia da Baleia, Escola Secundária de Peniche e da Escola Básica 2,3 de D. Luís de Ataíde. Deu conta de que alguns municípios já abriram os concursos de empreitada, outros já procederam à adjudicação e outros não só adjudicaram, como iniciaram os trabalhos de remoção. Perguntou qual o ponto de situação, quais as diligências que a Câmara Municipal efetuou para proceder à remoção do amianto das escolas que referenciou.

Solicitou ao senhor Presidente da Câmara que tivesse mais atenção aos comunicados que fazia sair no Facebook Institucional do Município de Peniche, ainda mais, sobre um tema que se prendeu com a morte de animais, que a todos deveria

preocupar, mas que, também, a todos deveria merecer alguma contenção, quando estão a ser investigadas as causas daquelas mortes e o contexto em que ocorreram. Expressou que, ao longo do mandato que terminava este ano, foram diversos os casos que apareceram nas Redes Sociais, inclusive relacionados com a gestão camarária, e nunca tinha sido emitido um comunicado com base em publicações do Facebook. Não gostaria de acreditar que o senhor Presidente da Câmara tivesse sido seletivo neste caso concreto, mas se não foi seletivo, foi de certeza uma péssima decisão. Disse, ainda, que o senhor Presidente da Câmara usou um meio comunicacional institucional e não manteve o distanciamento que lhe era devido, usou o Facebook do Município de Peniche, quando não estava em causa uma ação direta da Câmara Municipal, mas sim de relatos que lhe chegaram por outra via. Indicou que lhe fazia este reparo e faria o mesmo reparo se se tratasse de outro autarca ou de outra Junta de Freguesia envolvida. Acrescentou que tinham opiniões diferentes, relativamente a muitas questões e relativamente a esta questão a opinião era mesmo divergente, porque aquilo que o senhor Presidente da Câmara fez, num caso tão sensível, como a questão que tem que ver com a morte de animais, não dignificou o Órgão Câmara Municipal de Peniche, nem o cargo de Presidente da Câmara, pelo que lamentava e pedia que no futuro tivesse outro cuidado.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Concordava com a preocupação que o senhor Deputado Ângelo Marques referiu, relativamente às Associações e àquilo que estão a passar, em relação à Covid-19. Adiantou que o Partido Social Democrata, pelo senhor Vereador Filipe Sales, apresentou, em setembro, uma proposta de um plano de apoio financeiro ao movimento associativo. Reiterou essa urgência em considerar esse apoio, que é extraordinário, não poderia ser apenas contado nas candidaturas que não podem acontecer, tem que haver um apoio extraordinário para as Associações, porque elas são precisas quando a Covid-19 acabar e elas podem não conseguir resistir à pandemia.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Há coisas que são ditas, que lhe fazia lembrar algumas questões antes do 25 de Abril, questionar isto e aquilo, mas há coisas que são suas, e tem os seus sentimentos e as suas sensibilidades.

Muitos achavam que não deveria utilizar os meios, como foi referido pelo senhor Deputado Ângelo Marques, mas já aprendeu, quando assinar será o Presidente da Câmara e não a Câmara Municipal, era um direito que lhe assistia. Explicou que a Câmara Municipal interveio, a pedido da Guarda Nacional Republicana, porque não encontraram, na altura, um veterinário privado, ao contactarem a Proteção Civil esta entrou em contacto com uma das médicas veterinárias e foram ao local, quando lhe chegou o assunto, achou-o de grande responsabilidade, aconselhou-se e fez o que lhe aconselharam e comunicaram às entidades competentes. Logicamente que, atendendo a não ter dado conta da gravidade da situação assim que aconteceu, estranhou que passado tanto tempo não tenha havido uma informação, um alerta. Assumiu que escreveu o comunicado para libertar a responsabilidade da Câmara Municipal, porque efetivamente deixou de aplicar glifosatos, e podem ser facultadas a marca dos produtos e as faturas, como todos deveriam fazer, não foi para incriminar ninguém.

Não iria discutir os asfaltamentos nem as prioridades, porque quando analisava as prioridades que outro definiam, também chegava à conclusão que eles não seriam os prioritários. Na sua opinião, o Sol Village I, o Balealcoop e outras áreas não eram aceitáveis, e a forma como o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, colocou as questões apetecia-lhe dizer que iria fazer toda a Atouguia da Baleia e depois iriam a Ferrel, mas o que procuravam era fazer um equilíbrio.

Em relação ao cemitério de Ferrel, tinha alguma informação, iria ser feito o relatório.

Quanto à questão colocada sobre os arruamentos em terra batida, iriam chegar lá, aliás, na intervenção efetuada, no final do ano passado, houve um desse arruamento que foi intervencionado, mas as prioridades, na sua opinião, seriam as coisas mais urgentes e isso foi definido com o senhor Presidente da Junta de Freguesia, entendeu-se que a Rua da Padaria, até pela inclinação que tem, deveria ser prioritária, e que deveria ter pluvial, e isso fez-se. Por outro lado, na sua opinião, algumas situações existentes no Sol Village I deveriam ser a seguir e depois avaliavam. Acrescentou que se naquelas duas situações o tempo estiver determinado, de seguida teriam que ir à Freguesia de Atouguia da Baleia, que também já definiram com o senhor Presidente da Junta de Freguesia, e vai-se fazendo, mas pensava voltar a Ferrel.

A questão da morte dos animais chocou-o, mas não queria aprofundá-la. Tem a sua opinião, quer evitar que se fale no assunto e o comunicado foi para se defender, porque lhe foi questionado se era a Câmara Municipal que colocava os herbicidas. Informou que o relatório seria enviado à Junta de Freguesia de Ferrel. Quanto ao acesso às denúncias, obviamente que não.

Sobre a Guarda Nacional Republicana de Atouguia da Baleia, o loteamento não era um processo simples, uma parte do terreno é privado, tinha que ser negociado, existem muitos procedimentos.

Em relação à intervenção do senhor Artur Carvalhal, concordava, no essencial, com as preocupações, e a verdade é que, de todos os assuntos referidos, tem falado com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia. Indicou que o incomodava ver o potencial que a Barragem de São Domingos tinha, a sua envolvente, numa perspetiva turística, mas não só, como usufruto da população, mas o grande problema, que vai levar tempo, foi que a área de proteção da barragem deveria ter ido um pouco mais além e a partir dali, com um controlo das águas e de outras coisas que vão para a mesma seria diferente, não criariam aqueles problemas. Mencionou que teria de ser elaborado um projeto novo.

Relativamente ao cruzamento do sinaleiro, esteve no local com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, que têm sido adquiridas algumas propriedades, mas quando tiveram conhecimento do valor solicitado pelos proprietários das casas, tiveram vontade de as demolir e fazer um passeio.

Sobre os apoios às IPSS, a situação teria de ser bem aprofundada, porque cada caso era um caso. Se o senhor Deputado Ângelo Marques lhe dissesse que, em relação às Associações estavam a fazer a avaliação para, particularmente, aquelas de maior envergadura, que são ativas e que estavam a passar por um momento menos bom, essas sim estavam a pensar em conceder um apoio excecional.

Quanto à candidatura de substituição dos telhados com amianto, a proposta de adjudicação esteve presente na reunião de Câmara, de 22 de fevereiro, que foi aprovada por unanimidade, pelo valor de quatrocentos e quarenta e três mil e oitocentos euros.

Em relação ao Hospital, a informação que dispunha era que a Unidade de Cuidados Intensivo seria para ficar em Peniche, neste momento estava a ser utilizado de outra forma, excecionalmente, mas, essencialmente, deveriam concentrar-se, reivindicar, pressionar o Governo por um bom Hospital Regional, acessível, de qualidade superior, com as valências necessárias, porque neste momento de Covid-19 surgiram outras evidências que, em outros momentos, não aconteceria, portanto, teriam que se unir ainda com mais energia.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Em relação ao Hospital, agradeceu ao senhor Deputado António Moniz a questão colocada. Deu conta que iria fazer, em abril, um ano que participou numa audiência ao senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e no final dessa audiência transmitiu ao senhor Presidente da Câmara uma questão que havia colocado ao senhor Presidente da República, a propósito do Hospital de Peniche, e a resposta foi magnífica, disse-lhe de forma clara e inequívoca que queria vir a Peniche e que entendia, nesse momento, trazer a senhora Ministra da Saúde, porque o Hospital de Peniche justificava um investimento. Referiu que, na sua opinião, após a passagem desta fase mais difícil que o país vive, o Município de Peniche deveria convidar o senhor Presidente da República a vir a Peniche para verificar o Hospital que temos e dizer-lhe que o Hospital de Peniche, mais uma vez, serviu para aquilo que foi necessário no momento em que vivemos, no âmbito da Covid-19, serviu para manter um serviço e obviamente que tem condições para ter melhores valências.

Não iria envolver-se na discussão a propósito da questão de Ferrel, mas, na sua opinião, a Câmara Municipal não tinha que ter tomado posição acerca daquele assunto, porque a competência é das freguesias.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que a primeira questão colocada, tem que ver com as questões que fez há dois anos, que não foram respondidas, e dentro dessas questões deixou sete para responder.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que:

As questões colocadas na Assembleia Municipal pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, têm a sua pertinência, mas devem ser discutidas com a Câmara Municipal, pelo que solicitou que ambos reunissem para resolver todas as questões.

Não se iria pronunciar sobre o cemitério, mas o que se prendia com estas questões, apesar dos projetos serem feitos e aprovados na Câmara Municipal, nunca nada foi solicitado à CCDR, o que a Lei diz é que deveria haver um parecer da CCDR, da Câmara Municipal e do Delegado de Saúde.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Admitiu que àquela hora e pela forma como as questões eram colocadas se tornava complicado responder. Disse que não tem problema em reunir com o senhor

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, como não tem qualquer problema em responder às questões, bastava que as enviassem.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Iria colocar as questões por escrito, esperando que o senhor Presidente da Câmara lhe responda.

Gostaria de esclarecer que a única questão que levantou, relativamente aos asphaltamentos, foi que, em termos de trabalho, não era rentável andar uma semana num lado e uma semana noutro lado. Sugeriu que se em Atouguia da Baleia fosse fazer dez ruas, que levariam três, seis ou dez semanas, faziam-nas todas de forma seguida, e se em Ferrel fossem fazer duas ruas, numa semana, faziam-nas de forma seguida, mas era apenas a sua opinião.

Iria insistir em colocar a questão sobre a morte do gado, e fez questão de dizer que deveria rasurar o nome das pessoas que fizeram a denúncia, porque gostaria de saber o quê. Disse, ainda, que era difícil perceber que as pessoas viessem à Câmara Municipal perguntar, até porque o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, referiu ser uma competência da Junta de Freguesia.

Era necessário o senhor Presidente da Câmara definir, em relação aos asphaltamentos, o que era escandaloso, para que se verifiquem outras questões.

Relativamente às faturas e marcas de produtos que a Junta de Freguesia compra, estava muito à vontade para as revelar e, também, muito à vontade com a matéria, porque já a estudaram.

Compreendia que o senhor Presidente da Câmara falasse sobre o 25 de Abril e que lembre de como era antes, porque tinha muitas atitudes que revelavam isso mesmo, ele próprio nasceu em liberdade, tinha muita sorte, e não se lembrava nem sabia como era antes, a não ser aquilo que se estudou.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

2) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL:

A Assembleia passou à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez uma apresentação sumária da informação.

Célia Martins (PSD):

Disse que:

Sobre esta questão levantada e segundo a interpretação legal contida no parecer, há, de facto, uma forma de a Câmara Municipal regularizar toda esta situação. Referiu que embora situações como esta, de foro jurídico em questões de planeamento e ordenamento do território, nem sempre suscitam entendimentos convergentes, mas não deixam de constituir um parecer que dava um suporte relevante a quem tem de tomar decisões. Expressou que, na sua opinião, o que importava era que a dúvida foi dissipada, o que significava menos ruído, e que a Câmara Municipal tinha condições para se focar na proposta do Plano Diretor Municipal e, sobretudo, na sua discussão. Adiantou que, de facto, deduzia, até pelos elementos expostos, que a componente dos estudos de caracterização e de diagnóstico, que já se arrastavam há uns anos, se encontravam numa fase final, dado que a Câmara Municipal já dispunha dos pareceres das entidades da Comissão Consultiva e, recentemente, com os contributos que foram partilhados na última reunião da Comissão de Acompanhamento, em especial dos elementos que representam outras dimensões importantes, tais como o Património, o Ambiente, etc.

Lamentava não existir, a título informativo e complementar à proposta de votação, um cronograma discriminando os passos seguintes, um ponto de situação, nomeadamente ao nível da discussão da proposta, sempre com a esperança de conseguirem um plano ajustado à realidade territorial e às necessidades da comunidade, e com as soluções, as mais concertadas possíveis, porque ainda subsistem matérias com muitas dúvidas e muitos desentendimentos, e isto se quiserem um PDM eficaz, à luz daquilo que a Lei em vigor lhes transmitia, para saírem do limbo jurídico, no que toca à componente do licenciamento nos solos urbanizáveis, às áreas abrangidas pelos planos especiais de ordenamento do território, cujo conteúdo documental, ainda, precisava ser transposto no PDM, apesar de haver margem temporal, o que há a assinalar é que não há alterações ainda sobre as consequências previstas em caso de incumprimento, por isso o relógio continuava a contar e a Câmara Municipal tinha que mostrar, nos próximos meses, muito mais proatividade.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que quando o Diretor de Departamento de Planeamento e Urbanismo apresentou a proposta de o plano ser feito em dois anos, ele próprio alertou que o mesmo não se fazia nem em três, nem em quatro e nem em cinco anos, pior, não sabia quando ficaria pronto, porque o que foi apresentado era o reconhecimento da senhora Dr.^a Fernanda Paula Oliveira de que algo não estava a correr bem, relativamente ao processo, e por isso os efeitos retroativos, e bem, na sua opinião, porque o PDM deveria ser feito convenientemente e não deveriam ser colocados entraves ao processo, e se era para prolongar, prolongava-se o prazo até à sua conclusão, conscientes do seguinte, deveria ser presente à próxima sessão da Assembleia Municipal, de abril, uma informação com um cronograma atualizado de quando o processo ficaria pronto.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Referenciou que de setembro até hoje, do que conhecia, poucas alterações ocorreram na proposta. Concordou com o que foi dito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, porque também achava que o PDM não

seria para este mandato, e assim esperava, porque se fosse iria ser feito à pressa e iria dar mal resultado, o que não implicava que não devessem, todos, discutir o PDM e avançar trabalhos, até porque o trabalho que ficar feito, na sua opinião, facilitará quem vier a seguir, e de setembro até hoje foi duas vezes à Câmara Municipal, o cronograma era, essencialmente, técnico e não era realista, a Comissão de Acompanhamento reuniu uma vez e, na sua perspetiva, poderia ter reunido, por videoconferência, mais vezes. Adiantou que o parecer foi esclarecedor esclareceu, mas seria bom perceber o que diz a CCDR acerca do assunto, porque convinha estar confortáveis com o trabalho que devem fazer, mas, independentemente de ser neste mandato ou não, o trabalho não deveria parar, deveriam haver mais reuniões da Comissão de Acompanhamento, por videoconferência, durante a semana ou ao sábado, para avançar trabalho para o próximo mandato. Acrescentou que toda a documentação sobre a revisão do Plano Diretor Municipal estava alojada no site do Município, no entanto, faltava atualizar, na área dos contributos, duas correspondências da Junta de Freguesia de Ferrel.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

O mais difícil, num processo desta natureza, eram os pareceres e as negociações com as entidades e iria, na próxima reunião de Câmara, uma proposta nesse sentido, e se for aprovada, estariam em condições de fazer o novo cronograma, porque já têm datas.

Em relação ao site do Município, gostaria de visitar os sites de outros Municípios, com a mesma dimensão, e verificar se têm a informação e o trabalho que tem sido feito.

A Comissão de Acompanhamento reuniu duas vezes, e previa que, durante o mês de abril, pudessem reunir novamente, mas há questões e propostas que devem ser discutidas e aprofundadas na Câmara Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Competia à Assembleia Municipal fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, e não sendo detentores de informação acerca do normal funcionamento da Câmara Municipal, que respeitam, colocam questões, e quando questionou sobre o cronograma, foi porque, na sua opinião, era necessário atualizá-lo.

A Comissão de Acompanhamento reuniu duas vezes, mas relativamente à questão deu opinião que a senhora Dr.^a Fernanda Paula Oliveira o que fez foi dizer: "*face às questões que foram colocadas, faz todo o sentido tomar uma deliberação com efeitos retroativos*".

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

O senhor Presidente da Câmara não gostava de ser questionado, mas no cargo que ocupava era habitual, porque tinha que ver com a transparência e com a liberdade das pessoas.

A Comissão de Acompanhamento reuniu uma vez, de setembro até hoje.

O site do Município estava, de facto, com uma aparência mais moderna, mas não tem informações que no anterior mandato existia.

Deliberação n.º 1/2021: Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, para efeitos do n.º 6 do artigo 76.º do

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, prorrogar pelo período de três anos, o prazo da revisão do Plano Diretor Municipal, com efeitos retroativos, contando o início do respetivo prazo a 13 de julho de 2018. (Doc. 1)

3) APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES RELATIVA À PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INTEGRAÇÃO DAS REGRAS DOS PLANOS ESPECIAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, PARA 13 DE JULHO DE 2021 (DECRETO-LEI N.º 3/2021, DE 07 DE JANEIRO):

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação.

Deliberação n.º 2/2021: A Assembleia Municipal de Peniche tomou conhecimento da informação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, relativa à prorrogação dos prazos de integração das regras dos Planos Especiais de Ordenamento do Território, para 13 de julho de 2021 (Decreto-Lei n.º 3/2021, de 07 de janeiro).

4) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO N.º 1 DO ARTIGO 2.º DO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL, PARA A FREGUESIA DE PENICHE:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez uma apresentação sumária da informação.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que, não querendo intrometer-se no assunto, na sua opinião, solicitar catorze trabalhadores para a Freguesia de Atougua da Baleia não seria exequível, inclusivamente, para a Freguesia de Peniche estava muito curto. Referiu que não tinha nada contra, mas seria adequado fazer-se uma atualização do Auto de Transferência efetuado com as Freguesias de Ferrel e Serra d'El-Rei, para que fosse justo, no que dizia respeito aos polidesportivos, porque eles são todos iguais.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que gostaria que os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia que se encontram em videoconferência entendesse que o que negociaram com a Câmara Municipal, da sua parte, não há nada a observar, mas tem a observar uma coisa em que a Lei era clara, relativamente à transferência de competências, tem que haver equidade, e isso deveria ter passado à margem dos senhores Vereadores da Câmara Municipal, porque se relativamente à limpeza de ruas o valor é o mesmo, dos espaços verdes o critério é o mesmo, dos polidesportivos não foi o mesmo, e isso não poderia ser. Indicou que não poderia aprovar duas propostas, a não ser que a Câmara Municipal assumisse que iria rever aquilo que foi feito com Ferrel e com a Serra d'El-Rei, sob pena de o

princípio da equidade não estar a ser respeitado e como sabiam há uma comissão de acompanha as transferências de competências, que reúne nos próximos dias na Assembleia da República, e todas estas questões são lá colocadas. Chamou à atenção da Assembleia Municipal que, em relação à aprovação, não tem nada a opor, foi aquilo que as Juntas de Freguesia negociaram com a Câmara Municipal, mas propôs à Câmara Municipal que apresentasse à Assembleia Municipal, na sessão de abril, uma retificação relativamente aos valores aprovados para os polidesportivos para Ferrel e Serra d'El-Rei.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que não iria acrescentar nada, os senhores Presidentes de Junta de Freguesia poderiam colocar as suas questões e as reclamações que entendessem e a Câmara Municipal teria que responder. Naturalmente que, em sede do executivo municipal, explanaram o argumento utilizado para o efeito, mas estariam disponíveis para responder. Deu conta que os polidesportivos eram da Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Peniche, em determinado momento, socorreu a Câmara Municipal para resolver aquilo que esta não fazia e só para os guardar pagava mais do que iria receber.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse que, provavelmente, seria essa a atitude que a Junta de Freguesia de Peniche iria tomar, com base na equidade que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, falou, porque, também, o valor atribuído à limpeza de ruas e espaços verdes, não era equitativamente proporcional a uma cidade, ou seja, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Claro, fez uma declaração, no dia 28 de maio, quando as quatro freguesias se reuniram, em que uma coisa eram as freguesias rurais, outra coisa era uma freguesia urbana, numa freguesia rural, um trabalhador passava uma vez na rua, em Peniche isso não acontece, os polidesportivos de Peniche têm uma taxa de utilização de utentes muito superior aos das freguesias rurais, já para não falar, também, nos abrigos, que teve a preocupação de os ir verificar e eles estão todos grafitados, se formos ao concelho eles estão intactos, porque o índice de marginalidade, e existem estudos sociológicos sobre isso, é maior nas cidades do que no concelho. Acrescentou que, se fossem discutir o valor dos polidesportivos, assumia de imediato que não os queria, porque a Freguesia de Peniche gastou mais de seis mil euros no polidesportivo do Bairro de Santa Maria e não solicitou qualquer apoio à Câmara Municipal e ele nem sequer é da Junta de Freguesia. Disse, ainda, que poderiam rever os valores dos polidesportivos, mas teriam que rever os valores do metro da limpeza urbana e dos espaços verdes, senão prescindia dos polidesportivos.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Referiu que propôs uma comissão para discutir este assunto, que foi aprovada e nunca reuniu, portanto, não seria na hora da votação que se iria rever tudo. Disse que a única questão colocada era que todos os indicadores foram iguais para todas, os polidesportivos têm que ser iguais para todos, se era para mudar polidesportivos teriam que rever outros indicadores.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse que os polidesportivos poderiam ser retirados da proposta.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Referiu que foi dito por si e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, que não tinham nada contra o acordo feito entre a Câmara Municipal e as duas Juntas de Freguesia, que tinha que haver um critério que fosse igual, porque os valores foram negociados. A única questão colocada foi que, se existia um valor por polidesportivo para uma freguesia, esse valor teria de ser igual para as outras, não queriam que ninguém perdesse nada, mas havia uma diferença que não era justa.

Vereadora Cristina Leitão (PSD):

Uma vez que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, levantou a questão relativamente à votação dos Vereadores da Câmara Municipal nesta matéria, gostaria apenas de esclarecer que os Vereadores votaram com o pressuposto de que iriam fazer a revisão dos valores dos polidesportivos.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Informou que o que se falou na Câmara Municipal tinha que ver com a Freguesia de Atouguia da Baleia, numa situação diferente, não tinha que ver com o valor dos polidesportivos.

Ângelo Marques (PS):

Disse que estavam a falar de transferências de competências aprovadas nas Assembleias de Freguesia, foram negociadas entre a Câmara Municipal e os senhores Presidentes de Juntas de Freguesia de Peniche e de Atouguia da Baleia, pelo que solicitou ao senhor Presidente da Câmara que pudesse apresentar uma proposta de alteração na próxima reunião da Câmara Municipal, tendo por base o princípio da equidade.

Ademar Marques (PSD):

Disse que era um bom princípio a descentralização de competências do Governo para as autarquias e, depois, dos Município para as Freguesia e, em Peniche, já havia tradição disso. Referiu que, em relação ao que estava em discussão, o que se passava relativamente à Atouguia da Baleia era um bom começo de reposição de alguma justiça, porque neste ponto de partida, a Atouguia da Baleia estava em desvantagem, e precisamente porque, como já todos reconheceram, o território era vastíssimo, tem vinte localidades, o que multiplicava os problemas, as questões a resolver e a gestão diária e, portanto, o valor que é atribuído melhorou em relação ao que existia, as competências também aumentaram, mas, na sua opinião, a justiça não estava atingida, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia pediu mais do que lhe foi atribuído, ainda assim o voto seria favorável para os dois documentos que estavam a votação, mas este tinha que ser o princípio de um caminho, porque tinha que haver uma reposição de justiça e essa ainda não foi alcançado.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que não pretendia aprofundar mais a questão, que iria aguardar a posição da Junta de Freguesia de Peniche, porque se entregar os polidesportivos estava resolvido, pelo menos era o que faria.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse que não queria os polidesportivos.

Ademar Marques (PSD):

Disse que não poderiam votar outra coisa, que não aquilo que estava na proposta para a votação.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Referiu que iria dizer exatamente o mesmo que o senhor Deputado Ademar Marques. Então não poderia ser votado?

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Reforçou que poderia ficar em ata que os polidesportivos saiam do mapa.

Ademar Marques (PSD):

Referiu que não era possível, porque o assunto teria que voltar à Câmara Municipal e, posteriormente, a reunião de Assembleia de Freguesia.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que seria melhor a proposta ser aprovada e ser atualizado nas restantes freguesias.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que iria analisar o assunto.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Repetiu que o ideal seria votar a proposta e, caso a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche tiver uma posição diferente, a mesma poderia, *à priori*, ser restabelecida, e as restantes Juntas de Freguesia poderiam fazer as suas propostas e discuti-las posteriormente.

Ademar Marques (PSD):

Reiterou que deve ficar claro que ninguém colocou em causa o valor que estava a ser atribuído à Freguesia de Peniche.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse que se iriam falar dos polidesportivos, poderiam falar de outros assuntos a nível de equidade.

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse que, na sua opinião, os contratos de transferência de competências, futuramente, teriam que estar sempre em negociação, ano a ano, porque quando se olha para os mesmos, efetivamente, verificam que há duas freguesias que, na sua opinião, são penalizadas, quer Atouguia da Baleia, quer Peniche, pelo que no futuro teria que acompanhar um processo.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Referiu que o senhor Presidente da Assembleia Municipal não poderia dizer o que disse, porque não estavam a discutir delegação de competências, mas sim transferência de competências, que são duas situações diferentes, e a Lei entrou em vigor no dia 01 de janeiro de 2021. Chamou à atenção que, independentemente daquela transferência de competências, havia delegação de competências que a Câmara Municipal usava no concelho, para os mais diversos serviços, por exemplo, tudo o que tem que ver com a construção civil, é objeto de documentos específicos, que vão a reunião de Câmara para aprovação, mas que não tem que ver com a transferência de competências. Reforçou que as transferências de competências da Freguesia da Serra d'El-Rei, a partir da data que entrou em vigor, oficialmente, em 01 de janeiro de 2021, são as que estavam no acordo, porque a Câmara Municipal acordou com as Juntas de Freguesia que para determinadas competências têm determinados valores.

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse que o polidesportivo, por exemplo, junto ao Lidl tem uma utilização diária, e abundante desde as nove horas da manhã e, provavelmente, os polidesportivos da Serra d'El-Rei, são utilizados, apenas, a partir das dezassete horas, por isso entendia que o desgaste seria muito maior nos polidesportivos dentro da cidade de Peniche, do que na Serra d'El-Rei. Provavelmente

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Relembrou que por essa ordem de ideias, os fundos comunitários tinham que deixar de ser iguais, para o Porto e para Peniche, porque o Porto tem mais gente do que Peniche, mas o problema é que existe uma Lei nacional que diz que as competências das freguesias, a partir deste ano, eram aquelas. Referiu que a Câmara Municipal fez o seu trabalho, e bem, chegou a um acordo e apresentou-o à Assembleia Municipal, e esta não disse que estava contra nada, o que alguns membros da Assembleia Municipal disseram foi que, relativamente ao assunto, ele merecia ser oficialmente discutido na Câmara Municipal, seja por iniciativa do senhor Presidente da Câmara, seja dos senhores Vereadores, garantindo que iria ser pelos dois Presidente das Juntas de Freguesia em causa, que iriam apresenta uma proposta em conjunto.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que se deveria fazer uma avaliação à forma como as transferências foram calculadas e quantificadas, e da justiça e da equidade.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Expressou que o senhor Presidente da Câmara reconhecia em Atouguia da Baleia e em Peniche as suas freguesias, e Ferrel e Serra d'El-Rei não são freguesias? Acrescentou que estavam a falar de uma coisa que custava à Câmara Municipal qualquer coisa como novecentos e cinquenta euros para cada Junta de Freguesia, e parecia que estavam a criar um problema político. Adiantou que a Câmara Municipal iria receber uma proposta e, por direito, diria que sim ou que não que, por sua vez, remetia à Assembleia Municipal a quem compete decidir que quer ou não, mas o que estavam a dizer era que, relativamente ao polidesportivo, que é da Câmara Municipal, e que as Juntas de Freguesia de Ferrel, da Serra d'El-Rei e de Atouguia da Baleia receberam duzentos e cinquenta euros, por ano, e que a Junta de Freguesia de Peniche iria receber mil e duzentos euros, por ano, o que

estão a referir é que estava mal. Disse, ainda, que não haveria problema nenhum, porque da sua parte, se fosse necessário, o assunto voltaria à Assembleia de Freguesia e alteravam.

Deu conta que a Junta de Freguesia da Serra d'El-rei iria ter um investimento, no decorrer do mês de março, de dezasseis mil euros para o polidesportivo, que é da freguesia, mas o que estavam a falar era de polidesportivos da Câmara Municipal e que o valor para uns era um e para outros era outro.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Referiu que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei era bastante experiente, e sabia avaliar as situações, pelo que deve ter avaliado muito bem todas as transferências, as áreas e as proporções de cada freguesia e aceitou, porque considerou ser equilibrado, e achava que tinha razão, mas, na sua opinião, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei teria razão se quisessem ver como um todo. Por outro lado, indicou que não tinha absolutamente nada contra qualquer população do concelho, nem contra os senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

Deliberação n.º 3/2021: Considerando a deliberação da Câmara Municipal n.º 21/2021, de 18 de janeiro de 2021, e submetida a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, por unanimidade, com vinte e três (23) votos, aprovar os termos da transferência das competências previstas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para a Freguesia de Peniche. (Doc. 2)

5) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO N.º 1 DO ARTIGO 2.º DO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL, PARA A FREGUESIA DE ATOUGUIA DA BALEIA:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 4/2021: Considerando a deliberação da Câmara Municipal n.º 22/2021, de 18 de janeiro de 2021, e submetida a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, por unanimidade, com vinte e três (23) votos aprovar os termos da transferência das competências previstas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para a Freguesia de Atouguia da Baleia. (Doc. 3)

6) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAPA DE FLUXO DE CAIXA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO 2020:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez uma apresentação sumária da informação.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Relativamente à proposta, iriam, obviamente, votar a favor, fazia todo o sentido, ainda bem que a lei evoluiu, em relação a isto, porque dessa forma permitia fazer e reforçar verbas, que são necessários, mais cedo.

Deliberação n.º 5/2021: Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e três (23) votos, aprovar os mapas de fluxo de caixa dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano 2020.

Os originais dos documentos agora aprovados ficam arquivados em pasta anexa aos livros de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. (Doc. 4)

7) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2021 (MODIFICAÇÃO 1):

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 6/2021: Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e três (23) votos, aprovar a primeira alteração modificativa ao Orçamentos da Receita e da Despesa dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2021.

Os originais dos documentos agora aprovados ficam arquivados em pasta anexa aos livros de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto. (Doc. 5)

8) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO DE UM MOINHO DE VENTO, SITO NO LUGAR DE MÓS, NA FREGUESIA DA SERRA D'EL-REI, TAMBÉM DENOMINADO POR "MOINHO DE RICARDO CARDOSO":

A Assembleia Municipal passou à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Amador (CDU):

Por indicação do senhor Presidente da Mesa e a pedido do senhor Presidente da

Câmara, fez uma apresentação sumária.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Deu conta que estavam a tratar daquilo que irá ser o Parque Infantil dos Moinhos do Oeste, e estas iniciativas valorizavam os seus projetos.

Deliberação n.º 7/2021: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, com vinte e quatro (23) votos a favor, aprovar a alteração da categoria em que o imóvel foi classificado, devendo ser incluído na categoria de monumento de interesse municipal, nos termos do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro. (Doc. 6)

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 8/2021: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo duas horas e quinze minutos do dia vinte e sete de fevereiro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão ordinária do mês de fevereiro, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

Os originais dos documentos referidos nos pontos três, cinco, seis, sete, nove, dez e onze, aprovados nesta reunião, ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)